

... continuação

In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.

08 de novembro de 2022. b. Receitas e resultados incorporados: A receita e lucro líquido do período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2023 decorrentes da aquisição de R\$ 95.866 e R\$35.180 (se a data de aquisição fosse no início do período de reporte, tais valores seriam de R\$ 103.668 e R\$ 33.176), respectivamente. c. Custos de aquisição: A Empresa incorreu em custos relacionados à aquisição no montante de R\$ 773 referentes a honorários advocatícios e custos de due diligence. Os honorários advocatícios e custos de due diligence foram registrados como "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. d. Ganho com compra vantajosa: O ganho com compra vantajosa reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue: Contraprestação transferida (A) - Compra vantajosa - resultado (B) (i) Total do ganho com compra vantajosa (A - B) 13.150 (ii) A Empresa registrou em "Outras receitas operacionais" na demonstração de resultado, um ganho de R\$ 13.150 referente à compra vantajosa na aquisição das empresas Engie Brasil Serviços de Energia Ltda. e Engie Facilities, Limpeza e Conservação Ltda. Conforme requerido no item 36 do CPC 15 (R1) Combinação de Negócios, a Empresa efetuou uma revisão para se certificar de que todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos foram corretamente identificados, obtendo assim, a confirmação do cenário de compra vantajosa. A resultante da negociação se deu principalmente em função da intenção do vendedor em se retirar dos negócios.

4. Base de preparação - 4.1. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 7 e nota explicativa nº 8. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de abril de 2024. Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 4.2. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 5. Uso de estimativas e julgamentos - Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. 5.1. Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 2: determinação se a Companhia detém de fato controle uma investida; Nota explicativa nº 15 - equivalência patrimonial em investidas; determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; e 5.2. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa nº 10 - Contas a receber; mensuração da perda de crédito esperada para o contas a receber; Nota explicativa nº 15 - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis e valor em uso das unidades geradoras de caixa baseadas em fluxo de caixa descontado; Nota explicativa nº 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis; Nota explicativa nº 20 - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências e tributos sub judice; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; Nota explicativa nº 21 - Aquisição de controlada: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e dos ativos adquiridos e passivos assumidos; e Nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros: mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. 6. Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e (ii) Obrigações contingentes assumidas em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo. Mensuração do valor justo: O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou o pagamento pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso a que a Empresa tem acesso nesse dia. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho. Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a avaliação dos valores justos, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado em um mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é considerado ativo se as transações de ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação em uma base contínua. Se não houver preço cotado em mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao definir o preço de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tem um preço de compra e um preço de venda, a Empresa avalia os ativos com base nos preços de compra e os passivos com base nos preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial geralmente é o preço da transação - ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não foi evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou com base em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis sejam julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base apropriada ao longo da vida do instrumento, ou até que a avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023 - A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. a) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26): As alterações ao CPC 26 (R1), no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis ajudam as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requisito para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais

8.2. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial: A Empresa aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de seus instrumentos financeiros. Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros - classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ou VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como o VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e • A frequência, o

adicionando guias para as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa (nota explicativa nº 8), mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Empresa. b) Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23): As alterações ao CPC 23, no qual introduz a definição de "estimativas contábeis", esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. c) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32: As alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. d) Contratos de Seguros (CPC 50): O CPC 50 Contratos de Seguro é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O CPC 50 se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicam. O objetivo geral do CPC 50 é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa. 8. Políticas contábeis materiais - A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. Além disso, a Empresa adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas nesta nota 8 em determinados casos (consulte a nota explicativa 7(a) para obter mais informações). 8.1. Base de aquisição de controlada: a. Combinação de negócios: Combinações parciais de negócios (em que a participação adquirida representa menos de 100%) são contabilizadas usando o método de aquisição antecipada. Seguindo essa metodologia, na mesma data da aquisição, as partes alcançam mutuamente um instrumento de opção de compra e venda do capital residual ou quotas das empresas adquiridas. Esse instrumento determina os prazos de exercício. Assim, a Empresa registra todas as suas aquisições integralmente independentemente de sua participação nas aquisições. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição e a parcela não adquirida mensurada ao valor justo até a data de elaboração do Laudo de Alocação de Preço (Purchase Price Allocation - PPA). Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas outras despesas operacionais. Quando a Empresa adquire um negócio, ele avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data da aquisição. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é mensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são mensuradas ao valor justo em cada data de relatório, apresentada no balanço patrimonial em "Aquisição de controladas" e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas na demonstração de resultados, em "Outras receitas (despesas) operacionais". O ágio é mensurado pelo método de aquisição antecipada. Por este método a transação é contabilizada considerando a opção de venda com 100% exercida, uma vez que, o controle já é adquirido no momento inicial da transação. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente, se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades. Passivos de aquisições são atualizados trimestralmente e as premissas mais relevantes utilizadas no cálculo da contraprestação contingente são baseadas em: • Valor justo na data de mensuração; • Múltiplos de EBITDA; • Acréscimos de preços com base em índices financeiros incluindo indicadores como capital de giro, dívida líquida e/ou retenções de contraprestações contingentes (passivos assumidos, mas não economicamente realizados); e • Ajuste no valor justo de tais considerações e métricas de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado (quando aplicável). b. Controladas: A Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos, exercendo seu poder sobre a entidade. Nas demonstrações financeiras, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. c. Perda de controle: Quando da perda de controle, a Empresa desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Empresa retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. d. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial: Os investimentos da Empresa em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida, até a data em que o controle deixa de existir. e. Ágio gerado na aquisição de empresas: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O ágio decorrente das operações de aquisição, registrado no grupo de investimentos, está segregado de acordo com a alocação obtida a partir da avaliação do Purchase Price Allocation e representa a diferença entre o valor pago na transação e o saldo líquido do valor justo de ativos e passivos adquiridos. Ver detalhes na introdução dessa nota explicativa. f. Mais valia de ativos e demais ativos intangíveis: Substancialmente, os valores estão distribuídos entre os itens ágio, carteira de clientes, mais valia de ativos fixos, valor da marca e acordos de não concorrência. O valor atribuído à carteira de clientes sofre amortização de acordo com o método Multi-Period Excess Earnings (MPFCEM), para as marcas com vida útil definida a amortização é com base no método Royalty Relief Method e acordos de não concorrência com base na vida útil definida pelo método With or Without Method, os demais estão sujeitos a testes anuais de recuperabilidade. A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos e passivos adquiridos:

	Ágio	Marcas	Clausula de não concorrência com ex-quotistas	Mais valia de Ativos Fixos	Ativo indenizatório	Passivo contingente	Carteira de clientes
Vida útil	Indefinida	Definida	Definida	Definida	Indefinida	Indefinida	Definida
Período de amortização	-	2 a 5 anos	5 anos	4 a 5 anos	-	-	3 a 11 anos
Método de amortização utilizado	Não amortizado	Amortização linear	Amortização linear	Amortização linear	Não amortizado	Não amortizado	Amortização linear
Origem	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)	Adquiridos (combinação de negócios)

volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa. Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos e o impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reconhecido para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment são reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo

financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Demais passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Veja a nota explicativa nº 23 sobre os passivos financeiros. (iii) Desreconhecimento: A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. Reforma da taxa de juros: Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: • a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e • a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Empresa atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Empresa aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge: A Empresa não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos ou hedge, portanto, não há efeito nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022. 8.3. Capital social: Quotas nominativas são classificadas como patrimônio líquido. 8.4. Impostos: a. Imposto de renda e contribuição social correntes: O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pela alíquota regular de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro líquido do exercício e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no valor próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não for mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com as transações que os originaram, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. 8.5. Imobilizado: a. Reconhecimento e mensuração: É apresentado ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição para os CPCs foi determinado com base no seu valor justo naquela data. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído (a) na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. b. Custos subsequentes: Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. c. Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 16 e que levam em consideração o prazo de vida útil e econômica dos bens. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 8.6. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment): (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento financeiro, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e a estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • De acordo com a política contábil da Empresa para provisão para perda esperada, aplica-se o percentual de cada faixa sobre o aging-list dos títulos em aberto na data base de análise, em 31 de dezembro de 2023 os percentuais foram apurados conforme abaixo: • A vencer: 0,90%; • Vencido de 1 a 30 dias: 2,40%; • Vencido de 30 a 60 dias: 14,41%; • Vencido de 61 a 90 dias: 22,35%; • Vencido de 91 a 180 dias: 36,23%; • Vencido de 181 a 360 dias: 78,10%; e • Acima de 360 dias: 52,90%. De acordo com a política contábil da Empresa, a provisão para perda esperada de clientes a futuro é calculada considerando 0,8% sobre a receita operacional bruta mensal e eventuais complementos de casos pontuais decorrentes do processo de análise realizado no mês de novembro, o qual tem como objetivo avaliar a manutenção ou a baixa definitiva dos valores provisionados. Esses percentuais foram estimados com base na avaliação de risco e dados históricos da Empresa. O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contínuo máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Devido às características do contas a receber, a Empresa adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo usando dois métodos de análise, em bases coletivas e individuais. Bases coletivas: A Empresa adota o modelo de perdas esperadas, baseado no histórico de inadimplência por faixa de vencimento após 12 meses do reconhecimento, aplicando tais taxas nas faixas de vencimento do aging-list apurado na data base de apresentação. Bases individuais: Todo fechamento de balanço, a Empresa avalia se houve ou não aumento significativo do risco de crédito para cada cliente ou características de recebíveis específicos através de análise qualitativa dos fatores que possam levar a uma expectativa alta de inadimplência. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • Para estes clientes ou classes de ativos, a Empresa determina a perda esperada a ser reconhecida. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o cliente corporativo, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. (ii) Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **8.7. Arrendamentos:** Determinando quando um contrato contém um arrendamento: No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O CPC 06 (R2) inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários que foram aplicadas pela Empresa: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses. Como arrendatária: A Empresa classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo do arrendamento que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos foram reconhecidos como parte integrante do custo total do arrendamento, durante o prazo do arrendamento. **(f) Ativos de direito de uso:** Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento a pagar, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. O ativo de direito de uso inicialmente é mensurado ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo do arrendamento, ajustado por quaisquer pagamentos do arrendamento feitos até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a incorrer pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando a localização em que se encontra o restaurando o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições do arrendamento, deduzido de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Subseqüentemente, ele é depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. **(iii) Passivo de arrendamento:** O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. Como arrendadora: A Empresa não definiu políticas contábeis quando atua como arrendadora por entender que esses valores não são significativos. **8.8. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Tributos sub judice:** No processo de aquisição de empresas há riscos levantados em relatório de especialistas quanto aos riscos fiscais não provisionados pela Administração anterior. Tais riscos referem-se principalmente a débitos federais de exigibilidade suspensa, reduções na base de cálculo de tributos com precedentes nos tribunais desfavoráveis aos contribuintes, ausência de recolhimento de IOF em operações de mútuo e não cumprimento de alguns aspectos da Consolidação das Leis Trabalhistas, como passivo assumido na destinação da rubrica de tributos sub judice e tratado como tal. **8.9. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. O reconhecimento de bônus a pagar aos funcionários é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, segundo metas de desempenho individuais segundo critérios específicos. A Empresa não mantém benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou quaisquer outros planos de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes após sua saída da Empresa. **8.10. Plano de Opção de Compra de Ações:** O Grupo GPS, do qual a Empresa faz parte, possui um Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano de Opções"), aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 14 de abril de 2022, cujos objetivos são: (i) Proporcionar a determinados Colaboradores, selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a possibilidade de se tornarem acionistas da GPS Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia), propiciando, em consequência, um maior alinhamento de seus interesses com os interesses dos demais acionistas, e consequente compartilhamento dos riscos do mercado de capitais; (ii) Estimular a permanência e fidelização desses Colaboradores; e (iii) Compartilhar a criação de valor na Companhia entre tais Colaboradores e demais acionistas da Companhia. No contexto do Plano de Opções, conforme Programa anual aprovado pelo Conselho de Administração, os Colaboradores selecionados firmam Contrato de Opções e podem exercê-las conforme regras estipuladas, conforme deliberações constantes da Ata de Reunião Extraordinária do CA-GPS, em 18 de abril de 2022 foram aprovadas: • Emissão de 2.461.432 (dois milhões, quatrocentas e sessenta e uma mil, quatrocentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. • Preço de exercício com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 08 de março de 2023 e 14 de março de 2023, de R\$ 12,55 (doze reais e cinquenta e cinco centavos) por opção. • Desconto de 10% (dez por cento) a ser pago como prêmio, correspondente ao valor de R\$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) por opção. Ainda pelo Programa Anual, as opções tiveram vesting imediato e prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para exercício pelos Colaboradores, e o preço de exercício foi pago à vista, simultaneamente à formalização da subscrição das ações, adquiridas pelos Colaboradores. As ações emitidas em decorrência do exercício das opções estão sujeitas a período de "Lock Up" e não implicam exigência de permanência do mesmo no Grupo. O Plano de Opções (assim entendidas as ações emitidas pela Companhia em decorrência do mesmo) é registrado, sob o ponto de vista contábil, de acordo com os termos CPC 10/IAS 2 e conforme a outorga de instrumentos patrimoniais adquiridos imediatamente. Dessa forma, o desconto aplicado teve seu reflexo contábil considerado como Prêmio, no valor de R\$ 3.087 (conforme nota explicativa nº 25) e a capitalização como patrimônio (aumento de capital, veja nota explicativa nº 22 (a)). **8.11. Receita de contrato com cliente:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. Informações sobre o cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas, estão detalhadas na nota explicativa nº 24. **8.12. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • Atualizações monetárias de depósitos judiciais. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Empresa de receber o pagamento é estabelecido. A Empresa classifica dividendos recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: • Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou • Ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **8.13. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** As novas normas e interpretações alteradas, mas não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais

In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.

da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) Alterações ao CPC 26: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante e Passivos não Circulante com Covenants:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **b) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo: - Alterações ao CPC 06: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento); - Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 (R2); - Ausência de conversibilidade – Alterações ao CPC 02.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixas e bancos	5.021	3.196
Certificados de depósito bancário (i)	100	867
Total	5.121	4.063

(i) As aplicações em Certificados de depósitos bancários em 31 de dezembro de 2023 são remuneradas com base em taxas médias equivalentes a 97,5% a.a. (100,7% a.a. em 31 de dezembro de 2022) da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Estes recursos possuem liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo utilizados para arcar com o pagamento de obrigações operacionais da Empresa, e estão sujeitos a um insignificante risco de mudanças de valor. As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na nota explicativa nº 23.

10. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços faturados	203.901	180.031
Serviços a faturar (a)	144.298	120.589
Retenções contratuais (c)	4.020	1.739
Subtotal	352.219	302.359
Provisão para perdas esperadas dos serviços faturados (b)	(4.748)	(5.211)
Provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar (b)	(1.051)	(2.078)
Total	346.420	295.070
Ativo circulante	342.266	292.851
Ativo não circulante	4.154	2.219

(a) Os serviços a faturar referem-se a serviços medidos e ainda não faturados até a data de fechamento das demonstrações financeiras. (b) A provisão para perdas esperadas nos serviços faturados e a faturar são calculadas de acordo com a política mencionada na nota explicativa nº 8.6. (c) Refere-se a retenções efetuadas por clientes, previstas contratualmente, as quais serão devolvidas no final do prazo contratual. O *aging-list* de contas a receber de serviços faturados está apresentado na nota explicativa nº 23. A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas dos serviços faturados está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	(5.211)	(1.218)
Constituição de provisão para perdas	(7.057)	(5.902)
Realização da provisão de perdas	7.520	6.983
Provisão de empresas incorporadas	-	(5.074)
Em 31 de dezembro	(4.748)	(5.211)

A movimentação do saldo da provisão para perdas esperadas dos serviços a faturar está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro (de 2022 – não auditado)	(2.078)	(1.13)
Constituição de provisão para perdas	(7.661)	(7.661)
Realização da provisão de perdas	9.320	9.376
Provisão de empresas incorporadas	(8.293)	(3.680)
Em 31 de dezembro	(1.051)	(2.078)

As informações sobre a exposição da Empresa a riscos de crédito e de mercado e perdas esperadas relacionadas ao "Contas a receber" estão divulgadas na nota explicativa nº 23.

11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda de operações, líquidos	1.638	3.831
Contribuição social, líquida	2.517	3.827
Crédito de imposto de renda decorrente de atualização da Selic sobre débitos tributários	2.910	2.910
Crédito de contribuição social decorrente de atualização da Selic sobre débitos tributários	1.048	1.048
Atualização monetária de indébito da Selic	923	463
Total	9.036	12.079
Circulante	4.156	7.658
Não circulante	4.880	4.421

O saldo de imposto de renda e da contribuição social a recuperar refere-se aos valores retidos em fonte nas notas fiscais de serviços prestados.

12. Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	9.837	4.359
Contribuição do Programa de Integração Social (PIS) (i)	2.133	945
Contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (ii)	2.064	17.537
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) (i)	7.763	7.450
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	1.60	41
Total	21.957	30.332
Circulante	21.874	30.250
Não circulante	83	82

(i) Tributos a recuperar são substancialmente apresentados pela origem de impostos retidos em fonte dos serviços prestados aos clientes, conforme Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de segurança, vigilância, segurança privada e escolta armada, estão sujeitos a retenção na fonte da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP divulgada nesta nota explicativa e também retida da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL divulgada na nota explicativa nº 11. Dessa forma, a Empresa possui em seu ativo a circulação de retenções em fonte nos tributos ISS (de 2 a 5%), PIS (0,65%), COFINS (3%), Imposto de Renda (de 1 a 4,8%), Contribuição Social (1%) e INSS (11%) que são utilizados como fonte redutora de seus impostos a pagar. **13. Partes relacionadas – 13.1. Controladora final:** A controladora direta da Empresa é a Top Service Serviços e Sistemas S.A. e esta por sua vez é controlada pela GPS Participações e Empreendimentos S.A. O controle final é exercido por um bloco de controle, constituído por pessoas físicas e fundos de investimentos. **13.2. Outras contas a receber – partes relacionadas:** As empresas do Grupo GPS, o qual a In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A. é parte, realizam entre si operações com natureza de rateio dos gastos com a sede administrativa (*cost sharing*), por meio de débitos e créditos que envolvem as empresas do Grupo GPS e a empresa definida como a líder, In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A. Neste sentido, a Empresa registra em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 385.315 em outras contas a receber – partes relacionadas no ativo não circulante (R\$ 285.104 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPS BA)	15.477	31.183
Ecopolo Gestão de Águas, Resíduos e Energia Ltda.	5.255	4.545
GPS Tec Sistemas Eletrônicos de Segurança Ltda.	5.013	1.248
GPS Predial Sistemas de Segurança Ltda. – (GPS SP)	45	8.969
Engeseg Empresa de Vigilância Computadorizada Ltda.	4.196	13.398
Top Service Serviços e Sistemas S.A.	79.075	89.948
Progarda Vigilância e Segurança Ltda.	12.877	8.468
Graber Sistemas de Segurança Ltda.	72.408	14.880
Visel Vigilância e Segurança Ltda.	4.334	8.796
GPS Air – Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.	7.649	4.477
Fortaleza Serviços de Vigilância Ltda.	1.922	455
Onseg Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.	9.615	7.408
Onserv Serviços Terceirizados Ltda.	585	536

a) Informações sobre investimentos

Em 31 de dezembro de 2023

Participação	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Investimentos
Controladas diretas							
Combras Manutenção Ltda.	100%	(5.954)	(5.954)	1.148	10.783	(9.635)	–
In-Haus Log Ltda.	100%	–	–	9.049	–	9.049	–
GPS Air – Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda.	100%	5.466	5.466	39.527	21.456	18.071	–
Loghis Logística e Serviços Ltda.	100%	5.958	5.958	380.822	275.618	105.204	85.000
Predia Axel Manutenção Industrial Ltda.	100%	30.721	30.721	131.698	49.534	82.164	–
Motus Serviços Ltda.	60%	10.507	10.507	67.586	50.447	17.139	3.500
IH Eficiência Energética, Manutenção e Facilities Ltda.	100%	34.563	34.563	116.674	77.631	39.043	3.600
Total		81.261	81.261	746.504	485.469	261.035	92.100

Em 31 de dezembro de 2022

Participação	Lucro (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Investimentos
Controladas diretas							
Combras Manutenção Ltda.	100%	(3.708)	(3.708)	1.310	4.991	(3.681)	–
In-Haus Log Ltda.	100%	–	–	9.049	–	9.049	–
GPS Air – Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo Ltda. (i)	100%	5.046	5.046	28.858	16.253	12.605	–
Loghis Logística e Serviços Ltda. (i)	100%	2.195	2.195	63.036	48.790	14.246	–
Predia Axel Manutenção Industrial Ltda.	100%	15.172	15.172	95.696	44.253	51.443	–
Motus Serviços Ltda.	60%	3.552	3.552	34.645	26.872	7.773	3.500
Total		22.257	21.179	232.594	141.159	91.435	3.500

(i) Investimento advindo de incorporação da In-Haus Serviços de Logística Ltda. Vide nota explicativa nº 2.

	31/12/2023	31/12/2022
LC Administração de Restaurantes Ltda.	25.520	25.917
Servis Segurança Ltda.	6.030	9.344
Ultraimp Empreendimentos e Serviços Ltda.	3.412	9.359
SECOPI – Segurança Comercial do Piauí Ltda.	3.052	1.818
Proteg Segurança Patrimonial Eireli	4.168	2.150
BC2 Infraestrutura Ltda.	23.682	9.129
Polonorte Segurança da Amazônia Ltda.	3.180	1.556
Loghis Logística e Serviços Ltda.	4.234	9.807
Global Segurança Ltda.	19.389	10.116
Allis Soluções Inteligentes Ltda.	964	389
Allis Luandre Soluções em Trade e Pessoas Ltda.	1.578	2.483
Rudder Serviços Gerais Ltda.	1.139	847
Rudder Segurança Ltda.	12.135	2.687
Eleva Facilities Ltda.	14.011	5.091
Eleva In-Haus Manufatura Industrial Ltda.	5.746	2.480
Force Vigilância Ltda.	1.099	1.624
Force Serviços Terceirizados Ltda.	1.397	653
Predial Axel Manutenção Industrial Ltda	11.001	2.943
Gol Segurança e Vigilância Ltda.	2.240	–
Quattro Serv Serviços Gerais Ltda.	237	–
Ormev Engenharia Ltda.	11.370	–
Global Serviços Ltda.	5.048	–
Global Serviços Empresariais de Mão de Obra Temporária Ltda.	1.277	–
IH Eficiência Energética, Manutenção e Facilities Ltda.	2.620	–
Evimeria Corretagem de Seguros e Consultoria Ltda.	934	–
Compart Marketing e Tecnologia Ltda.	3.603	–
Sunest Serviços Patrimoniais Ltda.	2.491	–
Sunest Vigilância e Segurança Ltda.	5.453	–
Evertical Comércio de Máquinas e Equipamentos de Informática Ltda.	1.658	–
Motus Serviços Ltda.	4.170	–
Outros	722	279
Valores a receber	402.011	285.583
Repasse de custos (i)	(16.225)	–
Outros	(471)	(479)
Valores a pagar	(16.696)	(479)
Total líquido a receber	385.315	285.104

(i) Trata-se de repasse/recebimento de custos com fornecedores onde o beneficiamento destes estão pulverizados entre as empresas do Grupo GPS, como por exemplo: custos com combustíveis, locações de veículos etc. **13.3. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores. A remuneração paga por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Salários	18.330	14.140
Pro-labore	10.792	–
Benefícios	2.220	1.632
Encargos sociais	2.900	2.240
Participação nos lucros e resultados (PLR)	43.294	33.628
Prêmio do plano de opção de compra de ações (i)	1.477	3.326
Total	79.013	54.966

(i) Veja sua explicativa nº 8.10. **13.4. Dividendos a pagar:** Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui R\$ 47.129 de valores a pagar de dividendos para seus acionistas (R\$ 533 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	533	–
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	47.129	–

... continuação

In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.

b) Movimentação dos investimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro (de 2022 – não auditado)	174.196	-
Resultado de equivalência patrimonial	81.261	21.179
Adiantamento para futuro aumento de capital	88.600	3.500
Aquisição de controlada	13.150	70.656
Aumento de participação	-	22.500
Saldo de investimentos – advindo de incorporação	-	29.764
Saldo de mais valia – advindo de incorporação	104.772	30.092
Amortização de mais valia – advindo de incorporação	(12.486)	(3.577)
Amortização de mais valia – carteira de clientes, marcas, ativo fixo e acordo de não concorrência	(8.439)	(36)
Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes	4.442	118
Transação de capital	(1.141)	-
Em 31 de dezembro	444.355	174.196

c) Movimentação dos investimentos por controlada direta

Controladas diretas	Saldo em 31/12/2022 de investida	Aquisição	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2023
Conbras Manutenção Ltda.	(3.681)	-	-	-	(5.954)	(9.635)
In Haus Log Ltda.	9.049	-	-	-	-	9.049
GPS Air – Serviços Auxiliares ao Transporte	-	-	-	-	-	-
Aéreo Ltda.	12.605	-	-	-	5.466	18.071
Loghis Logística e Serviços Ltda.	14.246	-	85.000	-	5.958	105.204
Predia Axel Manutenção Industrial Ltda.	51.443	-	-	-	30.721	82.164
Motus Serviços Ltda.	7.773	-	-	(1.141)	10.507	17.139
IH Eficiência Energética, Manutenção e Facilities Ltda.	-	880	3.600	-	34.563	39.043
Total	91.435	880	88.600	(1.141)	81.261	261.035

d) Movimentações do ágio e mais valias

	Mais valia				Total
	Ágio	Carteira de clientes	Marcas	Ativo fixo	
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-
Advindo de incorporação – Loghis Sulzer	14.567	9.124	5.848	-	29.539
Motus	9.827	6.427	-	13.322	33.576
Motus	15.594	10.392	1.487	-	27.473
Atualização monetária	-	-	-	-	(94)
Em 31 de dezembro de 2022	39.988	25.943	7.335	13.322	86.374
Atualização monetária	-	-	-	-	(94)
Em 31 de dezembro de 2023	8.276	-	-	-	8.276
Jam	15.335	2.026	-	-	17.361
Conbras	37.935	17.567	-	6.251	61.753
Vivante	11.823	15.497	-	1.147	28.467
Total de efeitos de cisão	73.369	35.090	-	7.398	115.857
Efeitos de combinação de negócios	-	14.058	-	2.724	16.782
Atualização monetária	-	-	-	-	(59)
Outras adições e baixas	-	-	-	-	(4.000)
Em 31 de dezembro de 2023	113.357	75.091	7.335	16.046	211.829

e) Movimentações das amortizações

	Carteira de clientes	Marcas	Mais valia de Ativo fixo	Acordo de não concorrência	Total
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-
Amortização	(400)	364	-	-	(36)
Advindo de incorporação	(1.442)	(2.135)	-	-	(3.577)
Em 31 de dezembro de 2022	(1.842)	(1.771)	-	-	(3.613)
Amortização	417	(1.292)	(1.554)	(6.010)	(8.439)
Advindo de incorporação	(11.208)	-	-	(1.278)	(12.486)
Em 31 de dezembro de 2023	(12.633)	(3.063)	(1.554)	(7.288)	(24.538)

f) Teste de redução ao valor recuperável para UGC que contém ágio: A Empresa avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "Valor em Uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontado, representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados na produção e venda de produtos/serviços aos seus clientes. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. A data-base do teste de impairment foi em 30 de junho de 2023 e contemplou todos os ativos intangíveis da Empresa naquela data, com exceção aos ativos adquiridos durante o exercício no montante de R\$ 16.782, vide nota explicativa nº 3, já que os mesmos foram avaliados no âmbito da combinação de negócios e serão submetidos ao teste de impairment do ano subsequente. As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Em percentual – 2023

	Logística	Manutenção
Taxa WACC (a)	11,9	11,9
Alavancagem da UGC	12,5	12,5
Taxa de crescimento da perpetuidade (após 10 anos de fluxo de caixa projetado)	4,0	4,0
Crescimento médio da receita líquida	9,9	9,9
Margem EBITDA	11,5	11,5
Capital de giro em % da receita líquida	13,5	14,0

Em percentual – 2022

	Logística	Manutenção
Taxa WACC (a)	N/A	11,6
Alavancagem da UGC	N/A	12,5
Taxa de crescimento da perpetuidade (após 10 anos de fluxo de caixa projetado)	N/A	4,0
Crescimento médio da receita líquida	N/A	6,9
Margem EBITDA	N/A	12,1
Capital de giro em % da receita líquida	N/A	14,9

(a) Taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC – Weighted Average Cost of Capital) é calculada com base na modelagem CAPM (Capital Asset Pricing Model) usando um beta de mercado e o custo de financiamento do Grupo GPS, o qual a In-Haus faz parte. Para aplicação da metodologia de fluxo de caixa descontado para verificação da perda ao valor recuperável dos ativos fixos foi elaborada uma projeção financeira no período de julho de 2023 a junho de 2033, conforme as premissas apresentadas acima. A Administração julgou apropriada a utilização do período de dez anos com base em sua experiência passada em elaborar com acurácia projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 (R1). **f.1. Atualização do teste de impairment:** Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos intangíveis, foi realizado e está sendo apresentado de forma voluntária, um teste de stress com o objetivo de analisar quais premissas fariam com que os valores contábeis dos ágios fossem iguais ao valor recuperável. O cálculo foi realizado considerando o stress de 2 premissas: a taxa de desconto (acréscimo na taxa de desconto frente a utilizada em teste oficial de impairment) e a margem EBITDA (redução do crescimento do EBITDA frente ao projetado em teste oficial de impairment), que foram as duas premissas principais para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em impairment. No caso da taxa de desconto, foi adotado um acréscimo de 3 p.p., em quase todas as UGCs passando para a taxa de desconto sensívelizada de 14,88%. Tal teste foi realizado exatamente com as mesmas premissas do teste de impairment oficial realizado sobre as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2023, com projeção de 10 anos, sendo os 5 primeiros com ajustes e os 5 seguintes com manutenção de margens e crescimento igual à inflação do modelo. A seguir, a tabela apresenta o teste de stress com as premissas acima citadas que fariam a UGC ficar no limite de apresentar um indicativo de perda do valor recuperável do ágio:

	2022	2023
Manutenção	WACC 14,94%	14,88%
	Cresc. EBITDA 2,42%	-13,08%
Logística	WACC 14,88%	14,88%
	Cresc. EBITDA -	0,41%

Adicionalmente ao teste de stress, foi efetuado um comparativo das projeções e dados macroeconômicos utilizados na data base do teste oficial, realizado na data base de 30 de junho de 2023, com os resultados realizados na data base de 31 de dezembro de 2023, onde não foram identificadas alterações relevantes que pudessem indicar uma revisão do teste oficial.

16. Imobilizado – a. Composição do saldo de imobilizado

	Máquinas, utensílios e ferramentas	Terrenos	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Taxas médias anuais de depreciação	10%	-	20%	20%	33%	-	-
Composição em 31 de dezembro de 2023							
Custo total	47.930	3.379	9.033	5.342	2.840	655	69.179
Depreciação acumulada	(22.182)	-	(7.605)	(4.790)	(2.410)	-	(36.987)
Imobilizado líquido	25.748	3.379	1.428	552	430	655	32.192
Composição em 31 de dezembro de 2022							
Custo total	36.194	3.699	8.896	5.003	2.766	1.611	58.169
Depreciação acumulada	(19.228)	-	(6.805)	(4.593)	(2.039)	-	(32.665)
Imobilizado líquido	16.966	3.699	2.091	410	727	1.611	25.504

b. Movimentações do custo do imobilizado

	Máquinas, utensílios e ferramentas	Terrenos	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.947	-	1.000	215	43	-	7.205
Aquisições	3.431	-	88	-	335	1.719	5.573
Advindo de incorporação	26.395	3.699	8.263	5.360	2.282	46.000	89.999
Baixas	(10)	-	(27)	(572)	-	(609)	(1.218)
Transferências	431	-	(428)	-	106	(109)	100
Saldos em 31 de dezembro de 2022	36.194	3.699	8.896	5.003	2.766	1.611	58.169
Aquisições	10.431	-	212	339	66	691	11.739
Baixas	(223)	(320)	(87)	-	-	(99)	(729)
Transferências	1.528	-	12	-	8	(1.548)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	47.930	3.379	9.033	5.342	2.840	655	69.179

c. Movimentações da depreciação acumulada

	Máquinas, utensílios e ferramentas	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.828)	(830)	(215)	(38)	(2.911)
Advindo de incorporação	(15.628)	(6.093)	(4.421)	(1.816)	(27.958)
Depreciação	(1.348)	(333)	(158)	(185)	(2.024)
Baixas	4	23	201	-	228
Transferências	(428)	428	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(19.228)	(6.805)	(4.593)	(2.039)	(32.665)
Depreciação	(3.028)	(879)	(197)	(371)	(4.475)
Baixas	74	79	-	-	153
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(22.182)	(7.605)	(4.790)	(2.410)	(36.987)

d. Avaliação da vida útil do ativo imobilizado: A Empresa, considerando as disposições contidas no CPC 27 e ICPC 10, revisa e ajusta seus critérios quanto à determinação do tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado periodicamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou fatores que pudessem alterar significativamente a vida útil dos seus ativos imobilizados. **e. Provisão para redução no valor recuperável (impairment):** Os ativos da Empresa estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Empresa toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos e efetua teste de impairment baseado na projeção de resultados pelo menos anualmente.

17. Salários e encargos sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	38.579	30.307
Encargos sociais	30.794	24.903
Provisão para férias e encargos sociais	72.649	61.010
Provisão para bônus (a)	23.160	13.815
Total	165.182	130.035

(a) A movimentação da provisão para bônus pode ser assim apresentada:

	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	13.815	12.775
Advindo de incorporação	-	9.502
Baixa de provisão por pagamento	(19.950)	(7.906)
Constituição de provisão	29.295	10.944
Em 31 de dezembro (i)	23.160	13.815

(i) O valor da provisão para bônus está apresentado líquido do adiantamento de Pró-labore em R\$ 6.758 (R\$ 4.624 em 31 de dezembro de 2022).

18. Imposto de renda e contribuição social – a. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Empresa possui os seguintes saldos a serem compensados, deduzidos ou adicionados nas bases de cálculo dos lucros tributáveis futuros a serem apurados com base no lucro real. Adicionalmente, possuem diferenças a deduzir em exercícios futuros conforme indicado a seguir:

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Efeitos de combinação de negócios			
Parcela fiscalmente amortizada do ágio sobre rentabilidade futura		(15.835)	(11.450)
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07		1.841	1.841
Amortização da alocação de mais valia com vida útil definida		9.881	12.082
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo		22.113	3.995
Ajuste a valor justo – dívida de aquisição		19.620	619
Diferenças temporárias			
Constituição de provisão para perda esperada dos serviços faturados e a faturar	10	5.799	7.289
Constituição de provisão para perda de crédito de retenção contratual	10	335	2.052
Provisão para acordo ou execução trabalhista	20 (a)	15.906	11.273
Provisão para acordo ou execução tributária	20 (a)	86.634	46.016
Provisão para acordo ou execução cível	20 (a)	5.269	4.715
Indébito da Selic sobre atualização do IRPJ e CSLL	11	(3.958)	(3.958)
Provisão para remuneração variável	17	23.160	13.815
Tributos sub judice	20 (b)	11.464	12.854
Outras diferenças temporárias		(13.124)	3.991
Base para cálculo		169.105	105.133
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo (34%)		57.496	35.745
Total de imposto diferido ativo		68.689	40.984
Total de imposto diferido passivo		(11.193)	(5.239)
Imposto diferido líquido		57.496	35.745

Os impostos diferidos passivos referem-se a amortização fiscal dos ágios de rentabilidade futura relacionados as controladas incorporadas e somente se realizarão em caso de alienação ou baixa por impairment.

b. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Advindo de cisão (i)	Saldo em 31/12/2023
Efeitos de combinação de negócios					
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura	(3.893)	(1.491)	-	-	(5.384)
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07	626	-	-	-	626
Amortização da alocação de mais valia de vida útil definida	4.108	(748)	-	-	3.360
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo	1.358	1.915	-	4.245	7.518
Ajustes a valor justo – dívida de aquisição	211	-	6.461	-	6.672
Diferenças temporárias					
Provisão para perda esperada dos serviços a faturar	2.478	(507)	-	-	1.971
Provisão para perda de crédito de retenção contratual	698	(583)	-	-	115
Provisão para acordo ou execução trabalhista	3.833	1.575	-	-	5.408
Provisão para acordo ou execução tributária	15.646	13.810	-	-	29.456
Provisão para acordo ou execução cível	1.603	189	-	-	1.792
Indébito da Selic sobre atualização do IR e CSLL	(1.346)	-	-	-	(1.346)
Provisão para remuneração variável	4.697	3.177	-	-	7.874
Tributos sub judice	4.370	(473)	-	-	3.897
Outras diferenças temporárias	1.356	(5.819)	-	-	(4.463)
Imposto líquido ativo (passivo)	35.745	11.045	6.461	4.245	57.496

(i) Durante o exercício de 2023 a Administração fez um levantamento de todos os ágios e mais valias detidos pela Companhia referente a empresas adquiridas que foram incorporadas por outras empresas. Os saldos foram cindidos para as empresas que incorporaram as adquiridas que originaram o ágio e mais valias. As empresas envolvidas nos processos de cisão estão na nota explicativa 15.

c. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social: A reconciliação entre o imposto de renda e a contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022 (Não auditado)	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Advindo de incorporação	Outros	Saldo em 31/12/2022
Efeitos de combinação de negócios						
Parcela amortizada do ágio sobre rentabilidade futura	(1.115)	(2.778)	-	-	-	(3.893)
Amortização contábil da alocação de mais valia com vida útil definida antes da Lei 11.638/07	-	626	-	-	-	626
Amortização da alocação de mais valia de vida útil definida	(158)	4.266	-	-	-	4.108
Amortização alocação de carteira de clientes, marcas e ativo fixo	-	1.358	-	-	-	1.358
Ajustes a valor justo – dívida de aquisição	-	91	120	-	-	211
Diferenças temporárias						
Provisão para perda esperada dos serviços a faturar	453	(951)	-	-	-	2.478
Provisão para perda de crédito de retenção contratual	698	-	-	-	-	698
Provisão para perdas de créditos fiscais	362	(362)	-	-	-	-
Provisão para acordo ou execução trabalhista	1.305	(3.011)	-	5.539	-	3.833
Provisão para acordo ou execução tributária	2.948	9.149	-	3.549	-	15.646
Provisão para acordo ou execução cível	44	619	-	940	-	1.603
Indébito da Selic sobre atualização do IR e CSLL	(44)	-	-	(1.302)	-	

... continuação		In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A.					31/12/2023	31/12/2022																																																																																																																					
<p>uma matriz escalonada de 0,6% à 56,5% a ser aplicado sobre o saldo dos ativos financeiros, e • Para os ativos financeiros com rating classificado como "risco de default" pelas agências, a Empresa considera 100% como provisão para perda por redução ao valor recuperável. O impairment estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. A Empresa considera que o seu caixa e equivalentes de caixa não possui risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. (j) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa. A Empresa busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto "Fornecedores") para os próximos 30 dias. A Empresa monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber e outras contas a receber" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Fornecedores e Salários e encargos". Exposição ao risco de liquidez: A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.</p>		<p>Provisão para bônus (29.295) (10.944) Impostos e taxas (9.025) (2.724) Reversão para perda esperada dos serviços faturados (iii) 463 1.081 Reversão de provisão para perda esperada dos serviços a faturar (iii) 1.027 1.715 Reversão de tributos sub judice 2.836 7.996 Pagamentos ações não trabalhistas (815) (169) Pagamentos ações trabalhistas (13.520) (5.921) Despesa de depreciação e amortização (7.000) (2.653) Amortização - carteira de clientes, marcas, mais valia de ativo fixo e acordo de não concorrência (8.439) (36) Atualização de ativos indenizatórios e passivos contingentes 4.442 118 Atualização earn-out 2.177 (17.279) Despesas com aquisição de controladas (4.665) 2.503 Ratêio de gastos indiretos (iv) 356.246 281.057 Compra vantajosa 13.150 - Outros (7.852) (9.526) Total (1.112.724) (530.452)</p>		<p>Custo dos serviços prestados (1.038.455) (487.878) Despesas gerais e administrativas (89.197) (38.766) Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber 1.490 2.796 Outras receitas operacionais 21.140 8.247 Outras despesas operacionais (7.702) (14.851) Total (1.112.724) (530.452)</p>		<p>(i) São considerados benefícios a empregados valores relacionados a: vale-alimentação, vale-transporte, vale-transporte e assistência médica e odontológica. (ii) Veja nota explicativa nº 27. (iii) Veja nota explicativa nº 10. (iv) Refere-se aos gastos com a sede administrativa, que são registrados em uma única empresa e dividido entre as demais por ratêio formalizado através de política interna. Veja nota explicativa 13.2.</p>		<p>26. Resultado financeiro</p>																																																																																																																					
<p>Em 31 de dezembro de 2023</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Menos de 1 ano</th> <th>Entre 1 e 2 anos</th> <th>Entre 3 e 5 anos</th> <th>Mais de 5 anos</th> <th>Fluxo de caixa financeiro</th> <th>Valor contábil</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>31.346</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>31.346</td> <td>31.346</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>3.802</td> <td>2</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3.804</td> <td>3.804</td> </tr> <tr> <td>Arrendamentos a pagar</td> <td>5.920</td> <td>9.357</td> <td>4.325</td> <td>440</td> <td>20.042</td> <td>17.753</td> </tr> <tr> <td>Aquisições de controladas</td> <td>32.333</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>32.333</td> <td>32.020</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>73.401</td> <td>9.359</td> <td>4.325</td> <td>440</td> <td>87.525</td> <td>84.933</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em 31 de dezembro de 2022</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Menos de 1 ano</th> <th>Entre 1 e 2 anos</th> <th>Entre 3 e 5 anos</th> <th>Mais de 5 anos</th> <th>Fluxo de caixa financeiro</th> <th>Valor contábil</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Fornecedores</td> <td>16.356</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>16.356</td> <td>16.356</td> </tr> <tr> <td>Outras contas a pagar</td> <td>3.619</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>3.619</td> <td>3.619</td> </tr> <tr> <td>Arrendamentos a pagar</td> <td>725</td> <td>1.208</td> <td>48</td> <td>-</td> <td>1.981</td> <td>1.808</td> </tr> <tr> <td>Aquisições de controladas</td> <td>8.684</td> <td>-</td> <td>7.304</td> <td>-</td> <td>15.988</td> <td>14.182</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>29.384</td> <td>1.208</td> <td>7.352</td> <td>-</td> <td>37.944</td> <td>35.965</td> </tr> </tbody> </table>			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa financeiro	Valor contábil	Fornecedores	31.346	-	-	-	31.346	31.346	Outras contas a pagar	3.802	2	-	-	3.804	3.804	Arrendamentos a pagar	5.920	9.357	4.325	440	20.042	17.753	Aquisições de controladas	32.333	-	-	-	32.333	32.020	Total	73.401	9.359	4.325	440	87.525	84.933		Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa financeiro	Valor contábil	Fornecedores	16.356	-	-	-	16.356	16.356	Outras contas a pagar	3.619	-	-	-	3.619	3.619	Arrendamentos a pagar	725	1.208	48	-	1.981	1.808	Aquisições de controladas	8.684	-	7.304	-	15.988	14.182	Total	29.384	1.208	7.352	-	37.944	35.965	<p>Receita: A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Tipo de serviço</th> <th>A natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas</th> <th>Reconhecimento da receita</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas em geral</td> <td>Os contratos são assinados geralmente com base no número acordado de horas por mês de determinados serviços prestados por determinadas equipes. Os contratos são geralmente de 12 meses e podem ou não ser renovados. O pagamento deve ser efetuado mensalmente. As medições dos serviços prestados são efetuadas e suas receitas reconhecidas no final do mês, no momento em que o serviço é prestado. As faturas para os serviços são emitidas posteriormente e pagas normalmente no máximo em 30 dias. Serviços adicionais não considerados em contrato também são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado.</td> <td>Os serviços sob um único contrato serão alocados com base em seus preços de venda individuais em cada período. A receita é reconhecida durante o tempo em que o serviço é prestado. O estágio de conclusão determina o montante da receita a ser reconhecida e é avaliado com base na medição do trabalho realizado. Se o serviço sob um contrato específico é prestado em diferentes períodos de reporte então a consideração é alocada com base no estágio da medição. Para consideração variável, o serviço prestado até a data de reporte é monitorado, medido e faturado ao cliente.</td> </tr> </tbody> </table>		Tipo de serviço	A natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita	Receitas em geral	Os contratos são assinados geralmente com base no número acordado de horas por mês de determinados serviços prestados por determinadas equipes. Os contratos são geralmente de 12 meses e podem ou não ser renovados. O pagamento deve ser efetuado mensalmente. As medições dos serviços prestados são efetuadas e suas receitas reconhecidas no final do mês, no momento em que o serviço é prestado. As faturas para os serviços são emitidas posteriormente e pagas normalmente no máximo em 30 dias. Serviços adicionais não considerados em contrato também são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado.	Os serviços sob um único contrato serão alocados com base em seus preços de venda individuais em cada período. A receita é reconhecida durante o tempo em que o serviço é prestado. O estágio de conclusão determina o montante da receita a ser reconhecida e é avaliado com base na medição do trabalho realizado. Se o serviço sob um contrato específico é prestado em diferentes períodos de reporte então a consideração é alocada com base no estágio da medição. Para consideração variável, o serviço prestado até a data de reporte é monitorado, medido e faturado ao cliente.	<p>25. Custos dos serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outras receitas e despesas operacionais - A Empresa optou por apresentar a abertura dos gastos, por natureza:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>a. Gastos por natureza</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Gastos com pessoal (1.051.815) (619.850)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Benefícios a empregados (i) (134.066) (69.227)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Manutenções e serviços de terceiros (76.281) (25.338)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Prêmio do plano de opção de compra de ações (3.087) (3.326)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Locações de máquinas e equipamentos (ii) (66.519) (31.982)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Materiais e insumos (75.346) (32.915)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(Provisão) reversão de contingências trabalhistas (4.733) 8.837</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisão de contingências não trabalhistas (607) (1.839)</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			31/12/2023	31/12/2022	a. Gastos por natureza			Gastos com pessoal (1.051.815) (619.850)			Benefícios a empregados (i) (134.066) (69.227)			Manutenções e serviços de terceiros (76.281) (25.338)			Prêmio do plano de opção de compra de ações (3.087) (3.326)			Locações de máquinas e equipamentos (ii) (66.519) (31.982)			Materiais e insumos (75.346) (32.915)			(Provisão) reversão de contingências trabalhistas (4.733) 8.837			Provisão de contingências não trabalhistas (607) (1.839)		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa financeiro	Valor contábil																																																																																																																							
Fornecedores	31.346	-	-	-	31.346	31.346																																																																																																																							
Outras contas a pagar	3.802	2	-	-	3.804	3.804																																																																																																																							
Arrendamentos a pagar	5.920	9.357	4.325	440	20.042	17.753																																																																																																																							
Aquisições de controladas	32.333	-	-	-	32.333	32.020																																																																																																																							
Total	73.401	9.359	4.325	440	87.525	84.933																																																																																																																							
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Fluxo de caixa financeiro	Valor contábil																																																																																																																							
Fornecedores	16.356	-	-	-	16.356	16.356																																																																																																																							
Outras contas a pagar	3.619	-	-	-	3.619	3.619																																																																																																																							
Arrendamentos a pagar	725	1.208	48	-	1.981	1.808																																																																																																																							
Aquisições de controladas	8.684	-	7.304	-	15.988	14.182																																																																																																																							
Total	29.384	1.208	7.352	-	37.944	35.965																																																																																																																							
Tipo de serviço	A natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita																																																																																																																											
Receitas em geral	Os contratos são assinados geralmente com base no número acordado de horas por mês de determinados serviços prestados por determinadas equipes. Os contratos são geralmente de 12 meses e podem ou não ser renovados. O pagamento deve ser efetuado mensalmente. As medições dos serviços prestados são efetuadas e suas receitas reconhecidas no final do mês, no momento em que o serviço é prestado. As faturas para os serviços são emitidas posteriormente e pagas normalmente no máximo em 30 dias. Serviços adicionais não considerados em contrato também são reconhecidos no momento em que o serviço é prestado.	Os serviços sob um único contrato serão alocados com base em seus preços de venda individuais em cada período. A receita é reconhecida durante o tempo em que o serviço é prestado. O estágio de conclusão determina o montante da receita a ser reconhecida e é avaliado com base na medição do trabalho realizado. Se o serviço sob um contrato específico é prestado em diferentes períodos de reporte então a consideração é alocada com base no estágio da medição. Para consideração variável, o serviço prestado até a data de reporte é monitorado, medido e faturado ao cliente.																																																																																																																											
	31/12/2023	31/12/2022																																																																																																																											
a. Gastos por natureza																																																																																																																													
Gastos com pessoal (1.051.815) (619.850)																																																																																																																													
Benefícios a empregados (i) (134.066) (69.227)																																																																																																																													
Manutenções e serviços de terceiros (76.281) (25.338)																																																																																																																													
Prêmio do plano de opção de compra de ações (3.087) (3.326)																																																																																																																													
Locações de máquinas e equipamentos (ii) (66.519) (31.982)																																																																																																																													
Materiais e insumos (75.346) (32.915)																																																																																																																													
(Provisão) reversão de contingências trabalhistas (4.733) 8.837																																																																																																																													
Provisão de contingências não trabalhistas (607) (1.839)																																																																																																																													
<p>Exposição à taxa CDI:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ativo</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Certificado de depósito bancário</td> <td>100</td> <td>867</td> </tr> <tr> <td>Exposição líquida</td> <td>100</td> <td>867</td> </tr> </tbody> </table> <p>24. Receita líquida dos serviços - Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Empresa gera receita operacional pela prestação de serviço de instalações e manutenções de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração em ambientes privados e públicos. Adicionalmente são geradas receitas em menor volume oriundas de vendas de materiais de manutenção predial e industrial. a. Fluxo de receitas: Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita bruta de serviços</td> <td>1.400.203</td> <td>674.217</td> </tr> <tr> <td>Receita bruta de vendas</td> <td>8.918</td> <td>3.061</td> </tr> <tr> <td>Subtotal</td> <td>1.409.121</td> <td>677.278</td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre a receita</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ISS (55.088) (27.477)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>COFINS (i) (51.301) (35.133)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>ICMS (1.290) (502)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PIS (ii) (11.133) (7.627)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Subtotal</td> <td>(118.812)</td> <td>(70.739)</td> </tr> <tr> <td>Receita líquida</td> <td>1.290.309</td> <td>606.539</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Os valores de PIS e COFINS são apresentados em valores líquidos dos créditos de insumos do regime não cumulativo. b. Obrigações de desempenho e Políticas de reconhecimento de</p>			31/12/2023	31/12/2022	Ativo			Certificado de depósito bancário	100	867	Exposição líquida	100	867		31/12/2023	31/12/2022	Receita bruta			Receita bruta de serviços	1.400.203	674.217	Receita bruta de vendas	8.918	3.061	Subtotal	1.409.121	677.278	Impostos sobre a receita			ISS (55.088) (27.477)			COFINS (i) (51.301) (35.133)			ICMS (1.290) (502)			PIS (ii) (11.133) (7.627)			Subtotal	(118.812)	(70.739)	Receita líquida	1.290.309	606.539	<p>27. Arrendamentos operacionais - a. Arrendamentos como arrendatário: A Empresa arrenda uma série de máquinas para operação, alocadas em contrato, sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos operacionais não transferem riscos e recompensas aos usuários dos ativos e foram excluídos da aplicação do CPC 06 (R2). Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Para certos arrendamentos operacionais, a Empresa é impedida de entrar em qualquer contrato de subarrendamento. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Empresa não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. (j) Pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos: Em 31 de dezembro de 2023, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos não canceláveis são como segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Menos de um ano</td> <td>59.051</td> </tr> <tr> <td>Entre um e cinco anos</td> <td>104.374</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>163.425</td> </tr> </tbody> </table> <p>28. Transações que não afetam o caixa - A seguir, relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2023</th> <th>31/12/2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Ajuste ao valor justo de call options de aquisições (i)</td> <td>19.002</td> <td>352</td> </tr> <tr> <td>(i) Veja DMPL (líquido de imposto de renda e contribuição social diferido).</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			2023	Menos de um ano	59.051	Entre um e cinco anos	104.374	Total	163.425		31/12/2023	31/12/2022	Ajuste ao valor justo de call options de aquisições (i)	19.002	352	(i) Veja DMPL (líquido de imposto de renda e contribuição social diferido).																																																											
	31/12/2023	31/12/2022																																																																																																																											
Ativo																																																																																																																													
Certificado de depósito bancário	100	867																																																																																																																											
Exposição líquida	100	867																																																																																																																											
	31/12/2023	31/12/2022																																																																																																																											
Receita bruta																																																																																																																													
Receita bruta de serviços	1.400.203	674.217																																																																																																																											
Receita bruta de vendas	8.918	3.061																																																																																																																											
Subtotal	1.409.121	677.278																																																																																																																											
Impostos sobre a receita																																																																																																																													
ISS (55.088) (27.477)																																																																																																																													
COFINS (i) (51.301) (35.133)																																																																																																																													
ICMS (1.290) (502)																																																																																																																													
PIS (ii) (11.133) (7.627)																																																																																																																													
Subtotal	(118.812)	(70.739)																																																																																																																											
Receita líquida	1.290.309	606.539																																																																																																																											
	2023																																																																																																																												
Menos de um ano	59.051																																																																																																																												
Entre um e cinco anos	104.374																																																																																																																												
Total	163.425																																																																																																																												
	31/12/2023	31/12/2022																																																																																																																											
Ajuste ao valor justo de call options de aquisições (i)	19.002	352																																																																																																																											
(i) Veja DMPL (líquido de imposto de renda e contribuição social diferido).																																																																																																																													
<p>Luis Carlos Martinez Romero Presidente</p>		<p>Guilherme Nascimento Robortella Diretor Financeiro</p>		<p>Anderson Nunes da Silva Controller - CRC ISP 232.030/O-9</p>		<p>Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras</p>																																																																																																																							
<p>Aos Quotistas e Diretores da In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A. São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da In-Haus Industrial e Serviços de Logística S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, indepen-</p>		<p>dentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia</p>		<p>dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 17 de abril de 2024.</p>		<p>KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. Marcos A. Boscolo CRC 2SP 014.428/O-6 Contador CRC 1SP 198.789/O-0</p>																																																																																																																							

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/06/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Zetta Infraestrutura e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 17.696.380/0001-43

Balancos patrimoniais individuais e consolidados em 31/12/2023 e 2022					Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022						
(Em milhares de Reais)					(Em milhares de Reais)						
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva Legal	Reserva de lucros	Transações de capital	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
		2023	2022	2023	2022						
Ativo circulante											
Caixa e equivalente de caixa	6	395	7.971	397	7.973						
Clientes a receber	7	2.066	1.808	10.387	10.072						
Adiantamentos	8	503	2.288	591	2.375						
Impostos a recuperar	9	2.225	1.428	2.478	1.681						
Outros ativos	10	152	22	162	44						
		5.341	13.517	14.015	22.145						
Não circulante											
Clientes a receber	7	-	-	2.289	4.491						
Partes relacionadas	11	44.134	48.200	42.775	48.506						
		44.134	48.200	45.064	52.997						
Investimentos	12	54.117	38.325	46.363	33.092						
Direito de uso	13.1	240	444	240	444						
Imobilizado líquido	14	26	31	5.516	4.975						
Intangível	-	9	14	9	14						
		54.392	38.814	52.128	38.525						
Total do ativo		103.867	100.531	111.207	113.667						
Passivo circulante											
Empréstimos e financiamentos	15	-	111	-	111						
Fornecedores	16	1.553	680	1.795	3.475						
Obrigações tributárias	17	447	940	1.138	1.880						
Obrigações trabalhistas	-	1.249	984	1.250	984						
Arrendamento a pagar	13.2	241	445	241	445						
Outros passivos	10	10.086	706	12.298	718						
		13.576	3.866	16.722	7.613						
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	15	-	7.312	-	7.312						
Obrigações tributárias	17	237	-	237	-						
Provisão para contingências	18	24	69	24	69						
Partes relacionadas	11	13.567	7.093	12.666	10.579						
Dividendos a pagar	-	2.686	2.686	2.686	2.686						
Impostos diferidos	-	770	907	1.055	1.292						
		17.284	17.067	16.668	21.938						
Patrimônio líquido											
Capital social	19.1	70.728	70.728	70.728	70.728						
Reserva legal	19.2	566	566	566	566						
Reservas de lucros	19.3	2.684	8.059	2.684	8.059						
Transações de capital (nota 19.5)	19.5	(971)	(755)	(971)	(755)						
		73.007	78.598	73.007	78.598						
Participação de acionistas não controladores											
Total do passivo e patrimônio líquido		103.867	100.531	111.207	113.667						

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022					
(Em milhares de Reais, exceto pelo Lucro por ação)					
Resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	20	12.392	9.124	12.479	11.297
Custo dos serviços prestados	21	-	-	(104)	(2.179)
Lucro bruto		12.392	9.124	12.375	9.118
Recargas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(22.841)	(13.282)	(23.513)	(13.286)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(3.024)	(579)	(1.961)	(531)
Outras receitas e despesas	21	2.313	(4)	2.314	(4)
Prejuízo antes das recargas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(11.160)	(4.741)	(10.785)	(4.703)
Recargas financeiras	22	9.014	6.932	9.017	6.932
Despesas financeiras	22	(3.368)	(1.036)	(4.847)	(1.068)
Recarga (despesas) financeiras líquidas		5.646	5.896	4.170	5.864
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos		(5.514)	1.155	(6.615)	1.161
IRPJ e CSLL - corrente	23	-	-	(21)	(63)
IRPJ e CSLL - diferido	23	139	(906)	137	(908)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(5.375)	249	(6.499)	190
Atribuíveis a:					
Controladores	-	-	-	(5.375)	249
Não controladores	-	-	-	(1.124)	(59)
				(6.499)	190
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício por ação (em R\$)	19.6			(0,076)	0,0035

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022					
(Em milhares de Reais)					
Resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		(5.375)	249	(6.499)	190
Total do resultado abrangente do exercício		(5.375)	249	(6.499)	190
Resultado abrangente atribuível a:					
Controladores	-	-	-	(5.375)	249
Não controladores	-	-	-	(1.124)	(59)
				(6.499)	190

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31/12/2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Zetta Infraestrutura e Participações S.A. ("Zetta Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 04/02/2013, com sede social Rua Gomes de Carvalho, 1356, conjunto 151 Andar 15 sala B, Vila Olímpia, São Paulo/SP. A Companhia atua em todo território nacional e tem como atividade preponderante ser holding de instituições não financeiras, especialmente nos setores de saneamento ambiental, iluminação pública, além de realizar obras de urbanização em ruas, praças e calçadas. É uma empresa do Grupo U2S. **2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31/12/2023 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação da Diretoria da Companhia, em 31/05/2024. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas adotadas pela Companhia. Sendo assim, os respectivos balanços das subsidiárias foram elaborados com políticas e práticas contábeis uniformes. **2.2. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **2.3. Demonstração dos resultados abrangentes (DRA):** De acordo com o CPC 26 R1 - Apresentação das demonstrações financeiras, a demonstração do resultado abrangente é composta pelos totais do resultado do período e outros resultados abrangentes. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), a qual é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário: **3.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins e abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras são de alta liquidez e são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor de acordo com o CPC 03 R2 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.2 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizados e representam os serviços prestados a receber pelas empresas do grupo assim como os consórcios na qual a Companhia participa como consorciada, até a data dos balanços patrimoniais. **3.3 Investimentos:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Compa-

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

continua

Pronunciamento		Descrição		Aplicação																																																																																																										
Alterações na norma IAS 1/CPC 26																																																																																																														
Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante.																																																																																																														
01/01/2024																																																																																																														
Alterações na norma IAS 1/CPC 26																																																																																																														
Esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório.																																																																																																														
01/01/2024																																																																																																														
Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)																																																																																																														
Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade.																																																																																																														
01/01/2024																																																																																																														
Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)																																																																																																														
Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações financeiras compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável.																																																																																																														
01/01/2025																																																																																																														
A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. 6. Caixa e equivalentes de caixa: Caixas, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Banco conta movimento</td> <td>83</td> <td>54</td> <td>84</td> <td>55</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras (i)</td> <td>312</td> <td>7.917</td> <td>313</td> <td>7.918</td> </tr> <tr> <td></td> <td>395</td> <td>7.971</td> <td>397</td> <td>7.973</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2023	2022	2023	2022	Banco conta movimento	83	54	84	55	Aplicações financeiras (i)	312	7.917	313	7.918		395	7.971	397	7.973																																																																																
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2023	2022	2023	2022																																																																																																										
Banco conta movimento	83	54	84	55																																																																																																										
Aplicações financeiras (i)	312	7.917	313	7.918																																																																																																										
	395	7.971	397	7.973																																																																																																										
(i) O saldo compreende os depósitos em conta corrente e de aplicações financeiras disponíveis para uso imediato, em instituições financeiras com baixo risco de crédito, e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. As aplicações financeiras têm sua rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários – CDB e dos fundos de investimento e em média 93,25% do CDI em 31/12/2023 (95,71% do CDI em 31/12/2022).																																																																																																														
7. Clientes a receber:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Clientes a receber</td> <td>2.066</td> <td>1.808</td> <td>12.676</td> <td>14.563</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.066</td> <td>1.808</td> <td>12.676</td> <td>14.563</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2023	2022	2023	2022	Clientes a receber	2.066	1.808	12.676	14.563		2.066	1.808	12.676	14.563																																																																																					
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2023	2022	2023	2022																																																																																																										
Clientes a receber	2.066	1.808	12.676	14.563																																																																																																										
	2.066	1.808	12.676	14.563																																																																																																										
Circulante																																																																																																														
Não circulante																																																																																																														
A composição consolidada dos valores a receber está demonstrada a seguir:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A vencer</td> <td>2.066</td> <td>1.26</td> <td>2.066</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vencidas</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>1 a 90 dias</td> <td>-</td> <td>1.682</td> <td>1.682</td> <td>1.682</td> </tr> <tr> <td>Acima de 180 dias (i)</td> <td>2.066</td> <td>1.808</td> <td>12.676</td> <td>14.563</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2023	2022	2023	2022	A vencer	2.066	1.26	2.066	-	Vencidas	-	-	-	-	1 a 90 dias	-	1.682	1.682	1.682	Acima de 180 dias (i)	2.066	1.808	12.676	14.563																																																																											
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2023	2022	2023	2022																																																																																																										
A vencer	2.066	1.26	2.066	-																																																																																																										
Vencidas	-	-	-	-																																																																																																										
1 a 90 dias	-	1.682	1.682	1.682																																																																																																										
Acima de 180 dias (i)	2.066	1.808	12.676	14.563																																																																																																										
(i) Referem-se dos títulos da controlada indireta C&Z Construtora Ltda., cujo seu recebimento está vinculado a condições de recebimento de seu contratante S.A. Luz Ltda. perante a Prefeitura de Municipal de Santo Amaro – BA. Embora os valores estejam vencidos, a Administração da Companhia entende que a realização desses valores ocorrerá durante o ano de 2024, sem perdas.																																																																																																														
8. Adiantamentos:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Adiantamento para aquisição de investimentos</td> <td>-</td> <td>2.210</td> <td>-</td> <td>2.210</td> </tr> <tr> <td>Adiantamento de fornecedores</td> <td>503</td> <td>78</td> <td>591</td> <td>165</td> </tr> <tr> <td></td> <td>503</td> <td>2.288</td> <td>591</td> <td>2.375</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2023	2022	2023	2022	Adiantamento para aquisição de investimentos	-	2.210	-	2.210	Adiantamento de fornecedores	503	78	591	165		503	2.288	591	2.375																																																																																
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2023	2022	2023	2022																																																																																																										
Adiantamento para aquisição de investimentos	-	2.210	-	2.210																																																																																																										
Adiantamento de fornecedores	503	78	591	165																																																																																																										
	503	2.288	591	2.375																																																																																																										
9. Impostos a recuperar:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IRPJ a recuperar</td> <td>440</td> <td>13</td> <td>440</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>INSS</td> <td>38</td> <td>273</td> <td>38</td> <td>273</td> </tr> <tr> <td>PIS</td> <td>195</td> <td>116</td> <td>195</td> <td>116</td> </tr> <tr> <td>COFINS</td> <td>901</td> <td>535</td> <td>901</td> <td>535</td> </tr> <tr> <td>ISS</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>253</td> <td>252</td> </tr> <tr> <td>IRRF</td> <td>330</td> <td>313</td> <td>330</td> <td>313</td> </tr> <tr> <td>CSLL</td> <td>315</td> <td>175</td> <td>315</td> <td>175</td> </tr> <tr> <td>Outros impostos</td> <td>6</td> <td>3</td> <td>6</td> <td>4</td> </tr> <tr> <td></td> <td>2.225</td> <td>1.428</td> <td>2.478</td> <td>1.681</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2023	2022	2023	2022	IRPJ a recuperar	440	13	440	13	INSS	38	273	38	273	PIS	195	116	195	116	COFINS	901	535	901	535	ISS	-	-	253	252	IRRF	330	313	330	313	CSLL	315	175	315	175	Outros impostos	6	3	6	4		2.225	1.428	2.478	1.681																																																		
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2023	2022	2023	2022																																																																																																										
IRPJ a recuperar	440	13	440	13																																																																																																										
INSS	38	273	38	273																																																																																																										
PIS	195	116	195	116																																																																																																										
COFINS	901	535	901	535																																																																																																										
ISS	-	-	253	252																																																																																																										
IRRF	330	313	330	313																																																																																																										
CSLL	315	175	315	175																																																																																																										
Outros impostos	6	3	6	4																																																																																																										
	2.225	1.428	2.478	1.681																																																																																																										
10. Outros ativos e (passivos), líquidos:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Outros créditos</td> <td>152</td> <td>22</td> <td>162</td> <td>44</td> </tr> <tr> <td>Outros débitos</td> <td>(152)</td> <td>(22)</td> <td>(162)</td> <td>(44)</td> </tr> <tr> <td></td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2023	2022	2023	2022	Outros créditos	152	22	162	44	Outros débitos	(152)	(22)	(162)	(44)		0	0	0	0																																																																																
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2023	2022	2023	2022																																																																																																										
Outros créditos	152	22	162	44																																																																																																										
Outros débitos	(152)	(22)	(162)	(44)																																																																																																										
	0	0	0	0																																																																																																										
Outros créditos																																																																																																														
Outros débitos																																																																																																														
Adiantamentos de clientes																																																																																																														
Adiantamento de venda futura de participação (i) (10.000)																																																																																																														
Outras contas a pagar																																																																																																														
Outros ativos (passivos), líquido																																																																																																														
(i) Trata-se de um acordo de opção de compra futura de 5% das ações de um dos investimentos da Companhia por R\$10.000, sem atualizações monetárias e com prazo para ser exercido em até 4 (quatro) anos. 11. Transações com partes relacionadas: Trata-se dos empréstimos e adiantamentos financeiros mantidos entre a controladora e suas investidas para que possam liquidar seus passivos e manter caixa para suprir gastos administrativos. Não possuem contratos, não possuem atualização monetária e sem prazo especificado de recebimento, pois dependem da rentabilidade dos projetos, que se encontram em fase pré-operacional. Essas condições são definidas entre as partes e podem diferir das condições usuais de mercado. 11.1 Transações e saldos: Abaixo estão demonstrados os saldos das transações entre partes relacionadas reconhecidos nos ativos e passivos da Companhia:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">2023</th> <th colspan="2">2022</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mútuos financeiros com acionistas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>U2S Participações Ltda.</td> <td>19.105</td> <td>- 19.105</td> <td>203</td> <td>39.667</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>- 39.667</td> </tr> <tr> <td></td> <td>19.105</td> <td>- 19.105</td> <td>203</td> <td>39.667</td> </tr> <tr> <td>Mútuos financeiros com empresas do Grupo</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Consórcio Habita Brasil</td> <td>- 3.504</td> <td>- 3.505</td> <td>105</td> <td>3.010</td> </tr> <tr> <td>Bello Rio (i)</td> <td>14.366</td> <td>- 14.366</td> <td>650</td> <td>- 650</td> </tr> <tr> <td>TCC Investimentos S.A. Luz SPE</td> <td>- 454</td> <td>- 454</td> <td>- 454</td> <td>- 454</td> </tr> <tr> <td>Atibaia Saúde SPE</td> <td>2.319</td> <td>- 2.319</td> <td>931</td> <td>- 931</td> </tr> <tr> <td>Equaciona Participações</td> <td>1.338</td> <td>-</td> <td>584</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Zetta Engenharia</td> <td>200</td> <td>- 201</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Consórcio SP Cidadão</td> <td>- 3.923</td> <td>- 990</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Uzeda Soluções</td> <td>990</td> <td>- 3.462</td> <td>- 3.105</td> <td>- 3.105</td> </tr> <tr> <td>Lima Uzeda</td> <td>3.462</td> <td>- 1.604</td> <td>- 1.629</td> <td>- 1.629</td> </tr> <tr> <td>Consórcio Via Brasil</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>275</td> <td>- 275</td> </tr> <tr> <td>Outras</td> <td>3.344</td> <td>3.092</td> <td>3.322</td> <td>5.910</td> </tr> <tr> <td></td> <td>25.029</td> <td>13.567</td> <td>23.670</td> <td>12.463</td> </tr> <tr> <td></td> <td>44.134</td> <td>13.567</td> <td>42.775</td> <td>12.666</td> </tr> <tr> <td></td> <td>48.200</td> <td>7.093</td> <td>48.506</td> <td>10.579</td> </tr> </tbody> </table>							2023		2022			Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Mútuos financeiros com acionistas					U2S Participações Ltda.	19.105	- 19.105	203	39.667	Outras	-	-	-	- 39.667		19.105	- 19.105	203	39.667	Mútuos financeiros com empresas do Grupo					Consórcio Habita Brasil	- 3.504	- 3.505	105	3.010	Bello Rio (i)	14.366	- 14.366	650	- 650	TCC Investimentos S.A. Luz SPE	- 454	- 454	- 454	- 454	Atibaia Saúde SPE	2.319	- 2.319	931	- 931	Equaciona Participações	1.338	-	584	-	Zetta Engenharia	200	- 201	-	-	Consórcio SP Cidadão	- 3.923	- 990	-	-	Uzeda Soluções	990	- 3.462	- 3.105	- 3.105	Lima Uzeda	3.462	- 1.604	- 1.629	- 1.629	Consórcio Via Brasil	-	-	275	- 275	Outras	3.344	3.092	3.322	5.910		25.029	13.567	23.670	12.463		44.134	13.567	42.775	12.666		48.200	7.093	48.506	10.579
	2023		2022																																																																																																											
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado																																																																																																										
Mútuos financeiros com acionistas																																																																																																														
U2S Participações Ltda.	19.105	- 19.105	203	39.667																																																																																																										
Outras	-	-	-	- 39.667																																																																																																										
	19.105	- 19.105	203	39.667																																																																																																										
Mútuos financeiros com empresas do Grupo																																																																																																														
Consórcio Habita Brasil	- 3.504	- 3.505	105	3.010																																																																																																										
Bello Rio (i)	14.366	- 14.366	650	- 650																																																																																																										
TCC Investimentos S.A. Luz SPE	- 454	- 454	- 454	- 454																																																																																																										
Atibaia Saúde SPE	2.319	- 2.319	931	- 931																																																																																																										
Equaciona Participações	1.338	-	584	-																																																																																																										
Zetta Engenharia	200	- 201	-	-																																																																																																										
Consórcio SP Cidadão	- 3.923	- 990	-	-																																																																																																										
Uzeda Soluções	990	- 3.462	- 3.105	- 3.105																																																																																																										
Lima Uzeda	3.462	- 1.604	- 1.629	- 1.629																																																																																																										
Consórcio Via Brasil	-	-	275	- 275																																																																																																										
Outras	3.344	3.092	3.322	5.910																																																																																																										
	25.029	13.567	23.670	12.463																																																																																																										
	44.134	13.567	42.775	12.666																																																																																																										
	48.200	7.093	48.506	10.579																																																																																																										
(i) Trata-se substancialmente da reversão dos valores que foram anteriormente capitalizados como investimento na Bello Rio (nota explicativa 12.3), e para fins comparativos, os saldos apresentados em 2022 na linha de "Outras" foram reclassificados. 11.2 Remuneração de diretores e administradores: Não ocorreu deliberação sobre remuneração a ser concedida à diretoria, representada pelo seu acionista controlador, uma vez que a Companhia faz parte do Grupo Econômico U2S, na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada. A Administração não possui outros benefícios pós-emprego e outros benefícios concedidos. 11.3 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado: Os efeitos nos resultados dos exercícios das transações com partes relacionadas são os seguintes:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">2023</th> <th colspan="2">2022</th> </tr> <tr> <th></th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> <th>Controladora</th> <th>Consolidado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>St Log Serviços de Transporte Ltda. (i)</td> <td>-</td> <td>567</td> <td>-</td> <td>567</td> </tr> <tr> <td></td> <td>-</td> <td>567</td> <td>-</td> <td>567</td> </tr> </tbody> </table>							2023		2022			Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	St Log Serviços de Transporte Ltda. (i)	-	567	-	567		-	567	-	567																																																																																					
	2023		2022																																																																																																											
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado																																																																																																										
St Log Serviços de Transporte Ltda. (i)	-	567	-	567																																																																																																										
	-	567	-	567																																																																																																										
(i) Empresa controlada pelo acionista da Companhia que efetua a prestação de serviços de fornecimento de terceirização de frota. 12. Investimentos: Os saldos e as informações dos investimentos mantidos pela controladora estão detalhados a seguir:																																																																																																														
Zetta Infraestrutura e Participações S.A.																																																																																																														
12.1 Composição dos investimentos:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Controladas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Zetta Engenharia Ltda.</td> <td>7.152</td> <td>4.297</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Zetta Ambiental S.A.</td> <td>(10)</td> <td>(6)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Zetta D.U. S.A.</td> <td>(2)</td> <td>(2)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Zetta Log S.A.</td> <td>(13)</td> <td>(10)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Atibaia Saúde SPE Ltda.</td> <td>627</td> <td>954</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Coligadas</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Consórcio Habita Brasil S.A.</td> <td>2.659</td> <td>3.044</td> <td>2.659</td> <td>3.044</td> </tr> <tr> <td>S.A. Luz SPE Ltda.</td> <td>2.153</td> <td>1.719</td> <td>2.153</td> <td>1.719</td> </tr> <tr> <td>Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.</td> <td>(271)</td> <td>12.483</td> <td>(271)</td> <td>12.483</td> </tr> <tr> <td>Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.</td> <td>93</td> <td>232</td> <td>93</td> <td>232</td> </tr> <tr> <td>Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.</td> <td>13.838</td> <td>15.614</td> <td>13.838</td> <td>15.614</td> </tr> <tr> <td>Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A.</td> <td>27.891</td> <td>- 27.891</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total Investimento</td> <td>54.117</td> <td>38.325</td> <td>46.363</td> <td>33.092</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2023	2022	2023	2022	Controladas					Zetta Engenharia Ltda.	7.152	4.297	-	-	Zetta Ambiental S.A.	(10)	(6)	-	-	Zetta D.U. S.A.	(2)	(2)	-	-	Zetta Log S.A.	(13)	(10)	-	-	Atibaia Saúde SPE Ltda.	627	954	-	-	Coligadas					Consórcio Habita Brasil S.A.	2.659	3.044	2.659	3.044	S.A. Luz SPE Ltda.	2.153	1.719	2.153	1.719	Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	(271)	12.483	(271)	12.483	Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.	93	232	93	232	Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.	13.838	15.614	13.838	15.614	Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A.	27.891	- 27.891	-	-	Total Investimento	54.117	38.325	46.363	33.092																									
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2023	2022	2023	2022																																																																																																										
Controladas																																																																																																														
Zetta Engenharia Ltda.	7.152	4.297	-	-																																																																																																										
Zetta Ambiental S.A.	(10)	(6)	-	-																																																																																																										
Zetta D.U. S.A.	(2)	(2)	-	-																																																																																																										
Zetta Log S.A.	(13)	(10)	-	-																																																																																																										
Atibaia Saúde SPE Ltda.	627	954	-	-																																																																																																										
Coligadas																																																																																																														
Consórcio Habita Brasil S.A.	2.659	3.044	2.659	3.044																																																																																																										
S.A. Luz SPE Ltda.	2.153	1.719	2.153	1.719																																																																																																										
Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	(271)	12.483	(271)	12.483																																																																																																										
Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.	93	232	93	232																																																																																																										
Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.	13.838	15.614	13.838	15.614																																																																																																										
Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A.	27.891	- 27.891	-	-																																																																																																										
Total Investimento	54.117	38.325	46.363	33.092																																																																																																										
12.2 Contexto operacional das investidas: Zetta Engenharia Ltda.: A Zetta Engenharia Ltda. ("Zetta Engenharia" ou "Empresa") é uma sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, criada em 10/10/2014 com a finalidade de explorar atividades ligadas ao setor de engenharia civil e pesada e participar de outras empresas do segmento. Zetta Ambiental S.A.: A Zetta Ambiental S.A. ("Zetta Ambiental" ou "Companhia") é uma Companhia holding com a finalidade de investir e operar projetos ambientais por meio de suas controladas sob a modalidade de concessão e parcerias público-privadas nos seguintes segmentos: • Saneamento público; • Fornecimento de água e tratamento de efluentes industriais; e • Tratamento de resíduos sólidos. A demanda por serviços de saneamento é bastante significativa no segmento da indústria, petroquímica, de óleo e gás, de papel e celulose e alimentícia. Da mesma maneira a demanda do setor público se intensificou em virtude da obrigação introduzida pela Lei nº 11.445/2007 de se universalizar, no território brasileiro, a prestação dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento do esgoto sanitário. Zetta Desenvolvimento Urbano S.A.: A Zetta Desenvolvimento Urbano S.A. ("Zetta D.U." ou "Companhia") visa identificar oportunidades no setor imobiliário atuando em parceria com outros atores, sejam investidores, financiadores ou incorporadores em projetos de requalificação, valorização e aproveitamento de espaços urbanos a partir de operações urbanas consorciadas e parcerias. A Companhia atua nas fases de estudos de viabilidade técnica, gerenciamento, supervisão e fiscalização de empreendimentos. Zetta Log S.A.: A Zetta Log S.A. ("Zetta Log" ou "Companhia") é uma Companhia holding criada com a finalidade de investir e operar projetos na área de infraestrutura logística, por meio de controladas e/ou coligadas, nas modalidades de concessão ou Parcerias Público-Privadas ("PPP"), nos seguintes segmentos: • Rodovias; • Portos; • Aeroportos; • Ferrovias; e • Mobilidade urbana. As entidades encontram-se, em 31/12/2023, em fase de prospecção de novos projetos nos segmentos acima mencionados por meio do mapeamento e análise de viabilidade financeira, não tendo até o presente momento firmado contratos de operação e concessão ou possuindo projetos em fase de implantação. Consórcio Habita BR: No dia 18/12/2018, a Companhia participou, através do Consórcio Habita BR, de uma Concorrência Internacional realizado pela Companhia Habitacional do Município de São Paulo (COHAB-SP) de uma modalidade de Parceria Público-Privada (PPP) de 12 lotes para a construção de 24,9 mil moradias espalhadas em diversos bairros do município paulista. No dia 07/02/2019, o Consórcio foi declarado o vencedor da concorrência em dois lotes (SPE Lote 01 e 12) ofertando a menor contraprestação para a construção, sendo o primeiro empreendimento situado no bairro de Heliópolis e que terá uma área de 114.324,75 m2 e expectativa de construção de 3.500 unidades habitacionais, e o segundo situado próximo ao Parque Cantareira, com um terreno de 131.250,48 m2 e expectativa de construção de 3.000 unidades habitacionais. O projeto está faseado em quatro etapas, sendo: • Habilitação: com previsão de assinatura do contrato em junho de 2019; • Estudos preliminares e Desenvolvimento de Projetos: Até 6 meses após a assinatura do contrato de Habilitação; • Licenciamento: Até 18 meses após finalização da Etapa Preliminar e aprovação dos Projetos; • Implantação: Até 60 meses após o início das obras. O prazo de concessão é de 20 anos, contados a partir da conclusão da Etapa de Estudos Preliminares e Desenvolvimento dos projetos e nesse período, o Consórcio será responsável pela conservação e manutenção das áreas comuns dos empreendimentos. Atibaia Saúde Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.: A Atibaia Saúde SPE é uma sociedade limitada constituída em 24/01/2020. A Sociedade tem por objetivo a execução das obras de construção do hospital Municipal da Estância de Atibaia conforme contrato decorrente da concorrência pública nº 010/2019, firmado com o município da Estância de Atibaia, S.A. Luz SPE Ltda. : A S.A. Luz SPE Ltda., é uma sociedade limitada constituída em 09/01/2020 com propósito específico de acordo. A empresa tem por objeto social a prestação de serviços de iluminação pública para o Município de Santo Amaro, Estado da Bahia, por meio de Concessão Administrativa, incluídos o desenvolvimento, modernização, ampliação, eficiência energética, operação e manutenção, pelo prazo de 25 (vinte e cinco) anos. C&Z Construtora Ltda.: A C&Z Construtora Ltda. ("C&Z" ou "Empresa"), é uma sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, constituída em 04/10/2019 e com sede em São Paulo, estado de São Paulo, a Av. Imperatriz Leopoldina, 240, tem como objeto social a execução de obras de iluminação pública e instalações e manutenções elétricas. A C&Z é controlada pela Zetta Engenharia Ltda., que detém 50% de suas quotas de participação societária. Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.: A Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. ("Bello Rio" ou "Empresa") é uma sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado constituída sob propósito específico de desenvolver realizar empreendimento imobiliário urbano ser implantado nos imóveis de matrículas nº 102 e nº 1.671, junto ao Oficial de Registro de Imóveis de Cosmópolis/SP, objeto de futuro loteamento, ou qualquer outra modalidade de parcelamento do solo urbano, para tanto poderá realizar aquisição de imóveis, comprar e vender unidades próprias, realizar permutas ou qualquer outra forma de alienação de unidades resultantes das matrículas mencionadas. Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos SPE Ltda.: A Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos SPE Ltda. ("São Mateus" ou "Empresa") é uma sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado constituída em 19/05/2023, sob propósito específico a realização de empreendimentos imobiliários, residenciais ou não, provendo recursos financeiros, técnicos e materiais para sua execução posterior venda, compreendendo compra e venda de imóveis próprios. Poderá a Empresa, visando atingir seu objeto social, associar-se a terceiros, participar de outras sociedades, como quotista ou acionista, controladora ou não, desde que seja previamente autorizada, de forma unânime, pelos sócios. Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.: Constituída em 29/08/2022 a Companhia tem por objeto único e exclusivo a exploração da outorga da Concessão, nos termos do Contrato Concorrência nº EC/00/2023/SGM-SEDP, para prestação de serviços cemiteriais, envolvendo a gestão, operação, manutenção, expansão, revitalização e expansão dos cemitérios e crematórios públicos do Bloco 4, composto por Freguesia do Ô, Itaquera, Penha, São Luiz, São Pedro e Vila Alpina. Shopping do Cidadão Serviços e Informática S.A.: Em 01/12/2023, a Companhia concluiu a aquisição de 25% do capital social do Shopping Do Cidadão Serviços e Informática S.A. ("Shopping do Cidadão"), pelo montante de R\$21.500, pagos à vista e que geraram uma compra vantajosa de R\$2.263. O Shopping do Cidadão é uma sociedade por ações de																																																																																																														
capital fechado, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.066, 6º andar, Jardim Paulistano, na cidade e estado de São Paulo, e desenvolve as atividades de prestação de serviços de atendimento a pessoas (cidadãos) em regime de parceria, contratação, subcontratação, sub-rogação, licitação, chamamento, concorrência ou qualquer espécie ou forma de vinculação com o Governo, seja ele Municipal, Federal, Estadual ou qualquer de suas autarquias, agências, companhias mistas e outros órgãos vinculados ao Governo de forma geral. Ao adquirir a participação do Shopping do Cidadão como um player importante no setor de concessões, a Companhia visa reforçar sua estratégia de ampliação de negócios e geração de valor. 12.3 Movimento dos investimentos:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Investida</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Zetta Engenharia Ltda.</td> <td>4.297</td> <td>3.800</td> <td>(729)</td> <td>(216)</td> </tr> <tr> <td>Zetta Ambiental S.A.</td> <td>(6)</td> <td>-</td> <td>(4)</td> <td>(10)</td> </tr> <tr> <td>Zetta D.U. S.A.</td> <td>(2)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Zetta Log S.A.</td> <td>(10)</td> <td>-</td> <td>(3)</td> <td>(13)</td> </tr> <tr> <td>Atibaia Saúde SPE Ltda.</td> <td>954</td> <td>-</td> <td>(327)</td> <td>627</td> </tr> <tr> <td>Consórcio Habita Brasil S.A.</td> <td>3.044</td> <td>700</td> <td>(1.085)</td> <td>2.659</td> </tr> <tr> <td>S.A. Luz SPE Ltda.</td> <td>1.719</td> <td>-</td> <td>434</td> <td>2.153</td> </tr> <tr> <td>Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (i)</td> <td>12.483</td> <td>(12.500)</td> <td>(254)</td> <td>(271)</td> </tr> <tr> <td>Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.</td> <td>232</td> <td>-</td> <td>(139)</td> <td>93</td> </tr> <tr> <td>Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.</td> <td>15.614</td> <td>3.269</td> <td>(5.045)</td> <td>13.838</td> </tr> <tr> <td>Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A. (ii)</td> <td>-</td> <td>21.500</td> <td>2.263</td> <td>4.128</td> </tr> <tr> <td>Total de participações societárias</td> <td>38.325</td> <td>16.769</td> <td>2.263 (3.024)</td> <td>(216) 54.117</td> </tr> <tr> <td>Total de investimentos</td> <td>38.325</td> <td>16.769</td> <td>2.263 (3.024)</td> <td>(216) 54.117</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2023	2022	2023	2022	Investida					Zetta Engenharia Ltda.	4.297	3.800	(729)	(216)	Zetta Ambiental S.A.	(6)	-	(4)	(10)	Zetta D.U. S.A.	(2)	-	-	(2)	Zetta Log S.A.	(10)	-	(3)	(13)	Atibaia Saúde SPE Ltda.	954	-	(327)	627	Consórcio Habita Brasil S.A.	3.044	700	(1.085)	2.659	S.A. Luz SPE Ltda.	1.719	-	434	2.153	Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (i)	12.483	(12.500)	(254)	(271)	Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.	232	-	(139)	93	Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.	15.614	3.269	(5.045)	13.838	Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A. (ii)	-	21.500	2.263	4.128	Total de participações societárias	38.325	16.769	2.263 (3.024)	(216) 54.117	Total de investimentos	38.325	16.769	2.263 (3.024)	(216) 54.117																									
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2023	2022	2023	2022																																																																																																										
Investida																																																																																																														
Zetta Engenharia Ltda.	4.297	3.800	(729)	(216)																																																																																																										
Zetta Ambiental S.A.	(6)	-	(4)	(10)																																																																																																										
Zetta D.U. S.A.	(2)	-	-	(2)																																																																																																										
Zetta Log S.A.	(10)	-	(3)	(13)																																																																																																										
Atibaia Saúde SPE Ltda.	954	-	(327)	627																																																																																																										
Consórcio Habita Brasil S.A.	3.044	700	(1.085)	2.659																																																																																																										
S.A. Luz SPE Ltda.	1.719	-	434	2.153																																																																																																										
Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (i)	12.483	(12.500)	(254)	(271)																																																																																																										
Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.	232	-	(139)	93																																																																																																										
Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.	15.614	3.269	(5.045)	13.838																																																																																																										
Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A. (ii)	-	21.500	2.263	4.128																																																																																																										
Total de participações societárias	38.325	16.769	2.263 (3.024)	(216) 54.117																																																																																																										
Total de investimentos	38.325	16.769	2.263 (3.024)	(216) 54.117																																																																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Investida</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Zetta Engenharia Ltda.</td> <td>4.327</td> <td>-</td> <td>(30)</td> <td>4.297</td> </tr> <tr> <td>Zetta Ambiental S.A.</td> <td>(2)</td> <td>-</td> <td>(4)</td> <td>(6)</td> </tr> <tr> <td>Zetta D.U. S.A.</td> <td>(2)</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(2)</td> </tr> <tr> <td>Zetta Log S.A.</td> <td>(5)</td> <td>-</td> <td>(5)</td> <td>(10)</td> </tr> <tr> <td>Atibaia Saúde SPE Ltda.</td> <td>963</td> <td>-</td> <td>(9)</td> <td>954</td> </tr> <tr> <td>Consórcio Habita Brasil S.A.</td> <td>2.721</td> <td>1.543</td> <td>(751)</td> <td>(469)</td> </tr> <tr> <td>S.A. Luz SPE Ltda.</td> <td>1.298</td> <td>-</td> <td>421</td> <td>1.719</td> </tr> <tr> <td>Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.</td> <td>-</td> <td>12.504</td> <td>(21)</td> <td>12.483</td> </tr> <tr> <td>Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.</td> <td>-</td> <td>307</td> <td>(75)</td> <td>232</td> </tr> <tr> <td>Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.</td> <td>-</td> <td>15.719</td> <td>(105)</td> <td>15.614</td> </tr> <tr> <td>Total de participações societárias</td> <td>9.300</td> <td>30.073</td> <td>(579)</td> <td>(469) 38.325</td> </tr> <tr> <td>Provisão para perdas com investimentos</td> <td>9</td> <td>(9)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total de investimentos</td> <td>9.309</td> <td>30.064</td> <td>(579)</td> <td>(469) 38.325</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2021	2020	2021	2020	Investida					Zetta Engenharia Ltda.	4.327	-	(30)	4.297	Zetta Ambiental S.A.	(2)	-	(4)	(6)	Zetta D.U. S.A.	(2)	-	-	(2)	Zetta Log S.A.	(5)	-	(5)	(10)	Atibaia Saúde SPE Ltda.	963	-	(9)	954	Consórcio Habita Brasil S.A.	2.721	1.543	(751)	(469)	S.A. Luz SPE Ltda.	1.298	-	421	1.719	Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	-	12.504	(21)	12.483	Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.	-	307	(75)	232	Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.	-	15.719	(105)	15.614	Total de participações societárias	9.300	30.073	(579)	(469) 38.325	Provisão para perdas com investimentos	9	(9)	-	-	Total de investimentos	9.309	30.064	(579)	(469) 38.325																									
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2021	2020	2021	2020																																																																																																										
Investida																																																																																																														
Zetta Engenharia Ltda.	4.327	-	(30)	4.297																																																																																																										
Zetta Ambiental S.A.	(2)	-	(4)	(6)																																																																																																										
Zetta D.U. S.A.	(2)	-	-	(2)																																																																																																										
Zetta Log S.A.	(5)	-	(5)	(10)																																																																																																										
Atibaia Saúde SPE Ltda.	963	-	(9)	954																																																																																																										
Consórcio Habita Brasil S.A.	2.721	1.543	(751)	(469)																																																																																																										
S.A. Luz SPE Ltda.	1.298	-	421	1.719																																																																																																										
Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	-	12.504	(21)	12.483																																																																																																										
Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.	-	307	(75)	232																																																																																																										
Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.	-	15.719	(105)	15.614																																																																																																										
Total de participações societárias	9.300	30.073	(579)	(469) 38.325																																																																																																										
Provisão para perdas com investimentos	9	(9)	-	-																																																																																																										
Total de investimentos	9.309	30.064	(579)	(469) 38.325																																																																																																										
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2022</th> <th>2021</th> <th>2022</th> <th>2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Investida</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Consórcio Habita Brasil S.A.</td> <td>3.044</td> <td>700</td> <td>(1.085)</td> <td>2.659</td> </tr> <tr> <td>S.A. Luz SPE Ltda.</td> <td>1.719</td> <td>-</td> <td>434</td> <td>2.153</td> </tr> <tr> <td>Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.</td> <td>12.483</td> <td>(12.500)</td> <td>(254)</td> <td>(271)</td> </tr> <tr> <td>Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.</td> <td>232</td> <td>-</td> <td>(139)</td> <td>93</td> </tr> <tr> <td>Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.</td> <td>15.614</td> <td>3.269</td> <td>(5.045)</td> <td>13.838</td> </tr> <tr> <td>Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A.</td> <td>-</td> <td>21.500</td> <td>2.263</td> <td>4.128</td> </tr> <tr> <td>Total de participações societárias</td> <td>33.092</td> <td>12.969</td> <td>2.263 (1.961)</td> <td>- 46.363</td> </tr> <tr> <td>Total de investimentos</td> <td>33.092</td> <td>12.969</td> <td>2.263 (1.961)</td> <td>- 46.363</td> </tr> </tbody> </table>							Controladora		Consolidado			2022	2021	2022	2021	Investida					Consórcio Habita Brasil S.A.	3.044	700	(1.085)	2.659	S.A. Luz SPE Ltda.	1.719	-	434	2.153	Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	12.483	(12.500)	(254)	(271)	Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.	232	-	(139)	93	Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.	15.614	3.269	(5.045)	13.838	Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A.	-	21.500	2.263	4.128	Total de participações societárias	33.092	12.969	2.263 (1.961)	- 46.363	Total de investimentos	33.092	12.969	2.263 (1.961)	- 46.363																																																		
	Controladora		Consolidado																																																																																																											
	2022	2021	2022	2021																																																																																																										
Investida																																																																																																														
Consórcio Habita Brasil S.A.	3.044	700	(1.085)	2.659																																																																																																										
S.A. Luz SPE Ltda.	1.719	-	434	2.153																																																																																																										
Bello Rio Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	12.483	(12.500)	(254)	(271)																																																																																																										
Residencial Largo de São Mateus Empreendimentos. SPE Ltda.	232	-	(139)	93																																																																																																										
Consórcio Prever Administração Cemiterial e Serv. Funerários S.A.	15.614	3.269	(5.045)	13.838																																																																																																										
Shopping Cidadão Serviços e Informática S. A.	-	21.500	2.263	4.128																																																																																																										
Total de participações societárias	33.092	12.969	2.263 (1.961)	- 46.363																																																																																																										
Total de investimentos	33.092	12.969	2.263 (1.961)	- 46.363																																																																																																										
(i) Trata-se da reversão da capitalização dos adiantamentos financeiros feitos pela Zetta Infra na investida Bello Rio durante o exercício findo em 31/12/2022, e que retornaram para os saldos de conta correntes entre as entidades; (ii) Trata-se da aquisição da participação de 25% do Shopping do Cidadão realizada em dezembro de 2023. Durante o registro provisório inicial da combinação de negócios, foram considerados como valores de aquisição os montantes de R\$ 21.500, proveniente da contraprestação transferida, acrescido da contraprestação contingente de R\$ 23.763, gerando uma compra vantajosa provisória no montante de R\$ 2.263. Atendendo ao requerimento do CPC 15 (R1) em seu item 45, a contabilização inicial registrada como compra vantajosa foi considerada como um valor provisório a ser reportado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2023. Adicionalmente, durante o período de um ano, a Companhia completou o laudo de PPA em 16/04/2024 elaborado pelo avaliador especializado (Valon Consult) e irá completar o processo de avaliação em até 12 meses.																																																																																																														
12.4 Informações sobre as empresas investidas:																																																																																																														
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th colspan="2">Participação</th> <th colspan="2">Ativos</th> <th colspan="2">Passivos</th> <th colspan="2">Patrimônio líquido</th> <th colspan="2">Lucro/(Prejuízo) do exercício</th> </tr> <tr> <th></th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> <th>2023</th> <th>2022</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Investida</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Zetta Engenharia Ltda.</td> <td>99,99%</td> <td>99,99%</td> <td>7.729</td> <td>4.563</td> <td>200</td> <td>265</td> <td>7.529</td> <td>4.298</td> <td>(768)</td> <td>(30)</td> </tr> <tr> <td>Zetta Ambiental S.A.</td> <td>100,00%</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>10</td> <td>6</td> <td>(10)</td> <td>(6)</td> <td>(4)</td> <td>(4)</td> </tr> <tr> <td>Zetta D.U. S.A.</td> <td>100,00%</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2</td> <td>2</td> <td>(2)</td> <td>(2)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Zetta Log S.A.</td> <td>100,00%</td> <td>100,00%</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>13</td> <td>9</td> <td>(13)</td> <td>(9)</td> <td>(3)</td> <td>(5)</td> </tr> <tr> <td>Atibaia Saúde SPE Ltda.</td> <td>50,00%</td> <td>50,00%</td> <td>5.587</td> <td>6.996</td> <td>4.333</td> <td>5.087</td> <td>1.254</td> <td>1.909</td> <td>(654)</td> <td>(18)</td> </tr> <tr> <td>Consórcio Habita Brasil S.A.</td> <td>20,00%</td> <td>20,00%</td> <td>35.022</td> <td>8.321</td> <td>32</td></tr></tbody></table>							Participação		Ativos		Passivos		Patrimônio líquido		Lucro/(Prejuízo) do exercício			2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	Investida											Zetta Engenharia Ltda.	99,99%	99,99%	7.729	4.563	200	265	7.529	4.298	(768)	(30)	Zetta Ambiental S.A.	100,00%	100,00%	-	-	10	6	(10)	(6)	(4)	(4)	Zetta D.U. S.A.	100,00%	100,00%	-	-	2	2	(2)	(2)	-	-	Zetta Log S.A.	100,00%	100,00%	-	-	13	9	(13)	(9)	(3)	(5)	Atibaia Saúde SPE Ltda.	50,00%	50,00%	5.587	6.996	4.333	5.087	1.254	1.909	(654)	(18)	Consórcio Habita Brasil S.A.	20,00%	20,00%	35.022	8.321	32											
	Participação		Ativos		Passivos		Patrimônio líquido		Lucro/(Prejuízo) do exercício																																																																																																					
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022																																																																																																				
Investida																																																																																																														
Zetta Engenharia Ltda.	99,99%	99,99%	7.729	4.563	200	265	7.529	4.298	(768)	(30)																																																																																																				
Zetta Ambiental S.A.	100,00%	100,00%	-	-	10	6	(10)	(6)	(4)	(4)																																																																																																				
Zetta D.U. S.A.	100,00%	100,00%	-	-	2	2	(2)	(2)	-	-																																																																																																				
Zetta Log S.A.	100,00%	100,00%	-	-	13	9	(13)	(9)	(3)	(5)																																																																																																				
Atibaia Saúde SPE Ltda.	50,00%	50,00%	5.587	6.996	4.333	5.087	1.254	1.909	(654)	(18)																																																																																																				
Consórcio Habita Brasil S.A.	20,00%	20,00%	35.022	8.321	32																																																																																																									

Zetta Infraestrutura e Participações S.A.

o exercício de 2022 detidos pelo acionista da Companhia para sua integralização. **19.2 Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **19.3 Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária. **19.4 Política de dividendos:** O Estatuto Social da Sociedade prevê, após a destinação de 5% para a reserva legal, o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido do exercício, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral, conforme dispõe o Art. 202, • 3º da Lei nº 6.404/76. A tabela a seguir reproduz a destinação dos lucros auferidos no exercício findo em 31/12/2023 em conformidade com essa Política:

Controladora				Consolidado			
Imobilizado em andamento	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total	2023	2022	2023	2022
Depreciação acumulada:	-	(205)	(207)	139	(906)	137	(908)
Saldo em 31/12/2021	-	(131)	(131)	139	(906)	116	(971)
Adições	-	(336)	(22)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	(25)	(3)	-11%	-78%	-5%	-84%
Adições	-	(5)	5				
Baixas	-	(366)	(20)				
Saldo em 31/12/2023	-	22	9				
Saldo em 31/12/2022	-	21	5				
Saldo em 31/12/2023	-	21	5				
Vida útil (anos)	-	10	10				

Consolidado

Imobilizado em andamento (i)	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Custo:			
Saldo em 31/12/2021	4.592	350	17
Adições	352	8	14
Saldo em 31/12/2022	4.944	358	31
Adições	546	29	575
Baixas	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2023	5.490	387	25
Saldo em 31/12/2022	-	(205)	(207)
Adições	-	(131)	(20)
Saldo em 31/12/2022	-	(336)	(22)
Adições	-	(25)	(3)
Transferência	-	(5)	5
Saldo em 31/12/2023	-	(366)	(20)
Saldo em 31/12/2022	4.944	22	9
Saldo em 31/12/2023	5.490	21	5
Vida útil (anos)	-	10	10

(i) Refere-se aos gastos ocorridos na controlada Atibaia Saúde, até a publicação destas demonstrações, para construção do prédio para instalação do Hospital Municipal de Atibaia conforme descrito em nota 12.2. **15. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto e prazos de amortização são os seguintes:

Instituição financeira e modalidade	% - Taxa de Juros	Vencimento	Controladora 2023	Controladora 2022
Banco XP S.A. - CCB (Nota 15.1)	CDI + Juros de 1,65% a.a.	Abr./25	7.312	-
HP Financial Services - Leasing	4% a 7% a.a.	Nov./23	111	-
			7.423	-
			111	-
			7.312	-

15.1 Cédula de Crédito Bancário (CCB): Em 20/04/2022 a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco XP S.A., com uma taxa 1,65% a.a. (+) CDI, em um valor presente de R\$6.732. Esta captação junto ao Banco XP S.A. tem a Companhia como avalista e o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), sendo quitada de maneira antecipada em maio de 2023. **15.2 Cláusulas contratuais de vencimentos antecipados ("covenants"):** Não existem cláusulas restritivas financeiras ("financial covenants") que possibilitem declaração do vencimento antecipado desses empréstimos e financiamentos. As cláusulas restritivas administrativas vêm sendo regularmente atendidas pela Companhia. **16. Fornecedores:** Em 31/12/2023 e 2022, os saldos de fornecedores em aberto são representados por:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores de serviços	1.553	680	1.795	680
Aquisição de materiais	-	-	-	2.795
	1.553	680	1.795	3.475

17. Obrigações tributárias:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PIS e COFINS a recolher	259	899	582	1.171
IRRF a recolher	2	4	3	5
IRPJ a recolher	-	-	25	-
CSLL a Recolher	-	-	6	-
ISS a Recolher	73	7	396	663
Impostos parcelados	310	-	310	-
Outros tributos a recolher	40	30	53	41
	684	940	1.375	1.880
Circulante	447	940	1.138	1.880
Não circulante	237	-	237	-

18. Provisão para contingências: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora/Consolidado 2023	Controladora/Consolidado 2022
Contingências tributárias	69	-
Contingências trabalhista	24	-
	93	-

Na controlada Atibaia Saúde Empreendimentos Imobiliários SP Ltda. a Administração da Companhia, tomou conhecimento durante o exercício de 2023, a respeito de uma ação popular aberta, tal ação almeja a declaração de nulidade do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso nº 075/2020 e da Concorrência Pública nº 010/2019. Trata-se do Contrato de Locação de Ativos precedida de concessão de direito real de uso firmado para construção do Hospital Atibaia, os assessores jurídicos da controlada classificam como possível perda a causa, com montante definido em processo de R\$5.400. Não há outros processos significativos conhecidos contra a Companhia e suas Controladas. **19. Patrimônio líquido: 19.1 Capital social:** O capital social, subscrito, em 31 dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 70.728, representado por 70.728.193 ações, nominativas e com valor nominal aproximado de R\$1,00 (um Real) cada. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada na data de 28/12/2022, foi deliberado o aumento do capital no montante de R\$17.358 mediante a emissão de 17.358.654 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo utilizados os créditos de operações de partes relacionadas ocorridos até

o exercício de 2022 detidos pelo acionista da Companhia para sua integralização. **19.2 Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **19.3 Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária. **19.4 Política de dividendos:** O Estatuto Social da Sociedade prevê, após a destinação de 5% para a reserva legal, o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido do exercício, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral, conforme dispõe o Art. 202, • 3º da Lei nº 6.404/76. A tabela a seguir reproduz a destinação dos lucros auferidos no exercício findo em 31/12/2023 em conformidade com essa Política:

Controladora				Consolidado			
Imobilizado em andamento	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total	2023	2022	2023	2022
Depreciação acumulada:	-	(205)	(207)	139	(906)	137	(908)
Saldo em 31/12/2021	-	(131)	(131)	139	(906)	116	(971)
Adições	-	(336)	(22)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	(25)	(3)	-11%	-78%	-5%	-84%
Adições	-	(5)	5				
Baixas	-	(366)	(20)				
Saldo em 31/12/2023	-	22	9				
Saldo em 31/12/2022	-	21	5				
Saldo em 31/12/2023	-	21	5				
Vida útil (anos)	-	10	10				

Consolidado

Imobilizado em andamento (i)	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Custo:			
Saldo em 31/12/2021	4.592	350	17
Adições	352	8	14
Saldo em 31/12/2022	4.944	358	31
Adições	546	29	575
Baixas	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2023	5.490	387	25
Saldo em 31/12/2022	-	(205)	(207)
Adições	-	(131)	(20)
Saldo em 31/12/2022	-	(336)	(22)
Adições	-	(25)	(3)
Transferência	-	(5)	5
Saldo em 31/12/2023	-	(366)	(20)
Saldo em 31/12/2022	4.944	22	9
Saldo em 31/12/2023	5.490	21	5
Vida útil (anos)	-	10	10

(i) Refere-se aos gastos ocorridos na controlada Atibaia Saúde, até a publicação destas demonstrações, para construção do prédio para instalação do Hospital Municipal de Atibaia conforme descrito em nota 12.2. **15. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto e prazos de amortização são os seguintes:

Instituição financeira e modalidade	% - Taxa de Juros	Vencimento	Controladora 2023	Controladora 2022
Banco XP S.A. - CCB (Nota 15.1)	CDI + Juros de 1,65% a.a.	Abr./25	7.312	-
HP Financial Services - Leasing	4% a 7% a.a.	Nov./23	111	-
			7.423	-
			111	-
			7.312	-

15.1 Cédula de Crédito Bancário (CCB): Em 20/04/2022 a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco XP S.A., com uma taxa 1,65% a.a. (+) CDI, em um valor presente de R\$6.732. Esta captação junto ao Banco XP S.A. tem a Companhia como avalista e o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), sendo quitada de maneira antecipada em maio de 2023. **15.2 Cláusulas contratuais de vencimentos antecipados ("covenants"):** Não existem cláusulas restritivas financeiras ("financial covenants") que possibilitem declaração do vencimento antecipado desses empréstimos e financiamentos. As cláusulas restritivas administrativas vêm sendo regularmente atendidas pela Companhia. **16. Fornecedores:** Em 31/12/2023 e 2022, os saldos de fornecedores em aberto são representados por:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores de serviços	1.553	680	1.795	680
Aquisição de materiais	-	-	-	2.795
	1.553	680	1.795	3.475

17. Obrigações tributárias:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PIS e COFINS a recolher	259	899	582	1.171
IRRF a recolher	2	4	3	5
IRPJ a recolher	-	-	25	-
CSLL a Recolher	-	-	6	-
ISS a Recolher	73	7	396	663
Impostos parcelados	310	-	310	-
Outros tributos a recolher	40	30	53	41
	684	940	1.375	1.880
Circulante	447	940	1.138	1.880
Não circulante	237	-	237	-

18. Provisão para contingências: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora/Consolidado 2023	Controladora/Consolidado 2022
Contingências tributárias	69	-
Contingências trabalhista	24	-
	93	-

Na controlada Atibaia Saúde Empreendimentos Imobiliários SP Ltda. a Administração da Companhia, tomou conhecimento durante o exercício de 2023, a respeito de uma ação popular aberta, tal ação almeja a declaração de nulidade do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso nº 075/2020 e da Concorrência Pública nº 010/2019. Trata-se do Contrato de Locação de Ativos precedida de concessão de direito real de uso firmado para construção do Hospital Atibaia, os assessores jurídicos da controlada classificam como possível perda a causa, com montante definido em processo de R\$5.400. Não há outros processos significativos conhecidos contra a Companhia e suas Controladas. **19. Patrimônio líquido: 19.1 Capital social:** O capital social, subscrito, em 31 dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 70.728, representado por 70.728.193 ações, nominativas e com valor nominal aproximado de R\$1,00 (um Real) cada. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada na data de 28/12/2022, foi deliberado o aumento do capital no montante de R\$17.358 mediante a emissão de 17.358.654 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo utilizados os créditos de operações de partes relacionadas ocorridos até

o exercício de 2022 detidos pelo acionista da Companhia para sua integralização. **19.2 Reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **19.3 Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, conforme orçamento de capital, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO/E - Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária. **19.4 Política de dividendos:** O Estatuto Social da Sociedade prevê, após a destinação de 5% para a reserva legal, o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido do exercício, salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral, conforme dispõe o Art. 202, • 3º da Lei nº 6.404/76. A tabela a seguir reproduz a destinação dos lucros auferidos no exercício findo em 31/12/2023 em conformidade com essa Política:

Controladora				Consolidado			
Imobilizado em andamento	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total	2023	2022	2023	2022
Depreciação acumulada:	-	(205)	(207)	139	(906)	137	(908)
Saldo em 31/12/2021	-	(131)	(131)	139	(906)	116	(971)
Adições	-	(336)	(22)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	(25)	(3)	-11%	-78%	-5%	-84%
Adições	-	(5)	5				
Baixas	-	(366)	(20)				
Saldo em 31/12/2023	-	22	9				
Saldo em 31/12/2022	-	21	5				
Saldo em 31/12/2023	-	21	5				
Vida útil (anos)	-	10	10				

Consolidado

Imobilizado em andamento (i)	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Custo:			
Saldo em 31/12/2021	4.592	350	17
Adições	352	8	14
Saldo em 31/12/2022	4.944	358	31
Adições	546	29	575
Baixas	-	-	(6)
Saldo em 31/12/2023	5.490	387	25
Saldo em 31/12/2022	-	(205)	(207)
Adições	-	(131)	(20)
Saldo em 31/12/2022	-	(336)	(22)
Adições	-	(25)	(3)
Transferência	-	(5)	5
Saldo em 31/12/2023	-	(366)	(20)
Saldo em 31/12/2022	4.944	22	9
Saldo em 31/12/2023	5.490	21	5
Vida útil (anos)	-	10	10

(i) Refere-se aos gastos ocorridos na controlada Atibaia Saúde, até a publicação destas demonstrações, para construção do prédio para instalação do Hospital Municipal de Atibaia conforme descrito em nota 12.2. **15. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto e prazos de amortização são os seguintes:

Instituição financeira e modalidade	% - Taxa de Juros	Vencimento	Controladora 2023	Controladora 2022
Banco XP S.A. - CCB (Nota 15.1)	CDI + Juros de 1,65% a.a.	Abr./25	7.312	-
HP Financial Services - Leasing	4% a 7% a.a.	Nov./23	111	-
			7.423	-
			111	-
			7.312	-

15.1 Cédula de Crédito Bancário (CCB): Em 20/04/2022 a Companhia contratou uma linha de crédito junto ao Banco XP S.A., com uma taxa 1,65% a.a. (+) CDI, em um valor presente de R\$6.732. Esta captação junto ao Banco XP S.A. tem a Companhia como avalista e o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), sendo quitada de maneira antecipada em maio de 2023. **15.2 Cláusulas contratuais de vencimentos antecipados ("covenants"):** Não existem cláusulas restritivas financeiras ("financial covenants") que possibilitem declaração do vencimento antecipado desses empréstimos e financiamentos. As cláusulas restritivas administrativas vêm sendo regularmente atendidas pela Companhia. **16. Fornecedores:** Em 31/12/2023 e 2022, os saldos de fornecedores em aberto são representados por:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores de serviços	1.553	680	1.795	680
Aquisição de materiais	-	-	-	2.795
	1.553	680	1.795	3.475

17. Obrigações tributárias:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PIS e COFINS a recolher	259	899	582	1.171
IRRF a recolher	2	4	3	5
IRPJ a recolher	-	-	25	-
CSLL a Recolher	-	-	6	-
ISS a Recolher	73	7	396	663
Impostos parcelados	310	-	310	-
Outros tributos a recolher	40	30	53	41
	684	940	1.375	1.880
Circulante	447	940	1.138	1.880
Não circulante	237	-	237	-

18. Provisão para contingências: As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora/Consolidado 2023	Controladora/Consolidado
--	-------------------------------	--------------------------

Clearbook Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 31.674.712/0001-10 - NIRE 35.235.362.874

10ª Alteração do Contrato Social

Por este instrumento particular e na melhor forma de direito: **2TM Participações S.A.**, sociedade anônima fechada inscrita no CNPJ/ME sob o nº 29.043.070/0001-09, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 3530051029-1, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2092, 15º andar, Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-905, representada por **Roberto Dagnoni**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 55.294.917-6 SSP/SC, inscrito no CPF/ME sob o nº 920.122.489-34; e **André Dinis Gouvinhas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.526.897-1-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 317.702.958-01, ambos com endereço profissional na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2092, 15º andar, Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-905, doravante denominada simplesmente "2TM"; e **Distrito Tecnologia e Serviços S.A.**, nova razão social da Growth Partners Investimentos e Participações S.A., sociedade por ações, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº 1.585, Bairro Cerqueira César, CEP 05.401-909, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 27.961.641/0001-69, registrada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), sob o NIRE 35.300.555.651, neste ato devidamente representada por seus Diretores, os Srs. (i) **Gustavo Luiz de Araujo e Silva**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.661.765-6 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 289.137.378-25, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Itapauana, 1.800, Edifício Mirabilis, apto 221, Vila Andrade, CEP 05707-001 e (ii) **Gustavo Marques dos Santos Gierun**, brasileiro, casado, maior, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.241.667-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 313.948.658-80, residente e domiciliado nesta Capital do Estado de São Paulo, na Rua Divino Salvador, 419, apto 151, Indianópolis, CEP 04078-011, doravante denominada simplesmente "Distrito", e, em conjunto com 2TM, "Sócias" ou "Acionistas", na qualidade de únicas sócias da **Clearbook Participações Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 302, 8º andar, conjunto 81, Vila Olímpia, CEP 04551-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 31.674.712/0001-10, registrada perante a JUCESP sob o NIRE 35.235.362.874 ("Sociedade" ou "Companhia"), **Resolvem**, de acordo com o artigo 1.072, parágrafo 3º, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, alterar e consolidar o contrato social da Sociedade ("Contrato Social"), conforme a seguir: **1. Aprovação das Contas da Administração. 1.1.** As Sócias decidem, por unanimidade e sem ressalvas, aprovar as contas da administração da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não havendo lucro a ser distribuído. **2. Transformação em Sociedade Anônima de Capital Fechado e de Propósito Específico. 2.1.** As Sócias aprovam, por unanimidade e sem ressalvas, a transformação do tipo jurídico da Sociedade, de sociedade empresária limitada para sociedade por ações de capital fechado, passando a Sociedade a ser regida por um estatuto social, pela Lei 6.406/76 ("Lei das S.A.") e pelas demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações ("Transformação"). **3. Alteração da Denominação Social da Sociedade. 3.1.** As Acionistas da Sociedade decidem alterar a denominação social da Sociedade, passando de "Clearbook Participações Ltda." para "MB Segurização e Distribuição S.A." ("Companhia"). **4. Alteração de Endereço da Sede. 4.1.** As Acionistas resolvem alterar a sede da Companhia de Rua Fidêncio Ramos, nº 302, 8º andar, conjunto 81, Bairro Vila Olímpia, Cidade de São Paulo-SP, CEP: 04551-010, para Av. Rebouças, nº 1585, 4º andar, Pinheiros, São Paulo-SP, CEP 05401-909. **5. Alteração do Objeto Social. 5.1.** As Acionistas resolvem alterar o objeto social da Companhia, a fim de incluir as seguintes atividades: (i) aquisição e securitização de direitos creditórios e de títulos e valores mobiliários lastreados ou que representem direitos creditórios; (ii) emissão e distribuição de certificado de recebíveis ou outros qualquer títulos e/ou valores mobiliários compatíveis com as atividades de securitização, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) desenvolvimento de sistemas operacionais; (iv) serviços de processamento de dados; (v) outras atividades de serviços financeiros; e (vi) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas, bem como a criação de ativos digitais lastreados ou que representem Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (vii) desenvolvimento de sistemas operacionais; (viii) serviços de processamento de dados; (ix) outras atividades de serviços financeiros; e (x) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas, bem como a criação de ativos digitais lastreados ou que representem Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários objeto das operações de "tokenização". **6. Aumento do Capital Social. 6.1.** As Acionistas resolvem, ainda, aumentar o capital social da Companhia, o qual encontra-se totalmente integralizado nesta data, em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), por meio da emissão de 1.000.000,00 (um milhão) de novas ações ordinárias, as quais são totalmente subscritas pela 2TM, de acordo com o previsto no Boletim de Subscrição constante do Anexo I a este instrumento, das quais 154.200 (cento e cinquenta e quatro mil e duzentas) ações ordinárias, equivalentes a R\$ 154.200 (cento e cinquenta e quatro mil e duzentos reais), estão totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela 2TM, e o restante correspondente a 845.800 (oitocentas e quarenta e cinco mil, oitocentas) ações ordinárias, equivalentes a R\$ 845.800 (oitocentas e quarenta e cinco mil, oitocentos reais), serão integralizadas no prazo de até 12 meses a contar desta data, em moeda corrente nacional. **6.2.** Desta forma, tendo em vista o disposto no item 6.1, acima, bem como a Transformação, o capital social da Sociedade passa de R\$ 6.099.710,00 (seis milhões, noventa e nove mil, setecentos e dez reais) para R\$ 7.099.710,00 (sete milhões, noventa e nove mil, setecentos e dez reais), representado por 7.099.710,00 (sete milhões, noventa e nove mil, setecentos e dez) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas de acordo com o previsto no Boletim de Subscrição constante do Anexo I a este instrumento, o qual reflete a composição, nesta data, do capital social da Sociedade, declarando formalmente concretizada a emissão e criação das ações nominativas ordinárias. **7. Ratificação da Diretoria. 7.1.** Tendo em vista a Transformação, as Acionistas da Companhia ratificam, neste ato, a diretoria da Companhia, com mandato até 31 de agosto de 2024, qual seja: (i) **Roberto Dagnoni**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 55.294.917-6 SSP/SC, inscrito no CPF/ME sob o nº 920.122.489-34, para o cargo de **Diretor Presidente**; (ii) **André Dinis Gouvinhas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.526.897-1-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 317.702.958-01, para o cargo de **Diretor Financeiro**; (iii) **Geisson Terra Cabral**, brasileiro, administrador de empresas, portador do RG nº 8.211.916 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 049.572.726-11, para o cargo de **Diretor de Operações, Ouvidoria e Negócios**; e (iv) **Reinaldo Rabelo de Moraes Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.218.993-6 SSP/SE, inscrito no CPF/ME sob o nº 794.501.995-15, para o cargo de **Diretor de PLD/FTP**, todos com endereço comercial na Av. Rebouças, nº 1585, 4º andar, Pinheiros, São Paulo-SP, CEP 05401-909. **8. Aprovação do Estatuto Social e Revogação do Contrato Social. 8.1.** A Companhia passa a ser regida por um Estatuto Social, ora aprovado, conforme Anexo II, pelos dispositivos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e demais disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. **8.2.** Foi aprovada, ainda, a completa alteração dos dispositivos previstos no Contrato Social da Sociedade, os quais serão integralmente substituídos pelo Estatuto Social. E, estando justas e contratadas, assinam este instrumento digitalmente. São Paulo, 10 de janeiro de 2024. **2TM Participações S.A.**, Roberto Dagnoni e André Dinis Gouvinhas, **Distrito Tecnologia e Serviços S.A.**, Gustavo Luiz de Araujo e Silva e Gustavo Marques dos Santos Gierun. **Anexo II - Estatuto Social. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. 1. MB Segurização e Distribuição S.A.** é uma sociedade por ações de capital fechado ("Companhia") regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelas demais legislações aplicáveis às sociedades anônimas. **2.** A Companhia tem sede na Capital do Estado de São Paulo, na Av. Rebouças, nº 1585, 4º andar, Pinheiros, São Paulo-SP, CEP 05401-909. **2.1.** Por deliberação da Diretoria, poderão ser abertas, instaladas, transferidas ou extintas filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **3.** A Companhia tem por objeto social: a) prestação de serviços de intermediação de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários dispensadas de registro, por meio de plataforma eletrônica de investimento participativo registrada na Comissão de Valores Mobiliários, e de controle de titularidade e de participação societária, nos termos da Resolução nº 88, de 27 de abril de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários, ou norma legal que venha a substituí-la; b) a prestação de serviços de provedores de conteúdo e portais na internet; c) o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis, produtos multimídia e páginas na internet; d) o tratamento de dados; e) a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, como sócia ou acionista (holding); f) aquisição e securitização de direitos creditórios e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios; g) a emissão e distribuição de certificado de recebíveis ou outros qualquer títulos e/ou valores mobiliários compatíveis com as atividades de securitização, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; h) o desenvolvimento de sistemas operacionais; i) serviços de processamento de dados; j) outras atividades de serviços financeiros; e k) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas, bem como a criação de ativos digitais lastreados ou que representem Certificados de Recebíveis ou outros títulos e valores mobiliários objeto das operações de "tokenização". **4.** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações. 5.** O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em

moeda corrente nacional, é de R\$7.099.710,00 (sete milhões noventa e nove mil setecentos e dez reais), dividido em 7.099.710 (sete milhões noventa e nove mil setecentos e dez) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), todas livres e desembarçadas de quaisquer ônus. **6.** É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **7.** As ações não serão representadas por cautelares ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia. **8.** A Companhia deverá realizar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do pedido do acionista, os atos de registro, averbações ou transferências de ações. **9.** É vedado aos acionistas caucionar, ou de qualquer forma empenhar ou onerar suas ações, no todo ou em parte, salvo para garantia de obrigações da própria Companhia. **10.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso das ações corresponderá ao valor do patrimônio líquido da Companhia, nos termos do art. 45 da Lei de Sociedades por Ações. **Capítulo III - Assembleias Gerais. 11.** A assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei de Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais, este Estatuto Social e/ou a legislação aplicável assim exigirem. Todas as assembleias gerais deverão ser realizadas durante o horário comercial, na sede da Companhia, salvo se de outra forma acordado entre os acionistas. **12.** As assembleias gerais somente serão consideradas validamente instaladas (a) em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de ações representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação do capital social votante da Companhia e (b) em segunda convocação, com a presença de acionistas representando qualquer parcela do capital votante, observado o disposto no Artigo 12.1. **12.1.** Caso uma assembleia geral não seja instalada em primeira convocação por falta de quórum, tal assembleia geral será instalada, automaticamente, em segunda convocação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que a assembleia geral seria realizada em primeira convocação, observado o disposto no artigo 124 da Lei de Sociedades por Ações. **12.2.** A convocação de assembleias gerais deverá respeitar as disposições da Lei de Sociedades por Ações e, adicionalmente, uma cópia do respectivo edital de convocação deverá ser encaminhada pela Companhia aos acionistas. Nenhuma deliberação em assembleia geral será validamente aprovada com relação a quaisquer assuntos não expressamente incluídos na ordem do dia, conforme estabelecido no edital de convocação, a menos que seja aprovada por unanimidade dos acionistas em assembleia geral, na qual esteja presente a totalidade dos acionistas titulares de ações com direito a voto. Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na assembleia geral. **12.3.** As assembleias gerais poderão ser realizadas de forma digital ou, sempre que requerido por qualquer acionista, de forma presencial, em ambos os casos, por meio de teleconferência, videoconferência ou meio similar, desde que (i) todos os participantes possam ser claramente identificados e possam mutuamente se ouvir; (ii) seja assegurada a autenticidade do voto e a declaração de vontade do respectivo participante com direito a voto, e (iii) sejam observados todos os requisitos legais aplicáveis. Os acionistas com direito a voto que participarem remotamente deverão, antes do término da assembleia geral, confirmar o seu voto por escrito ao presidente e ao secretário da mesa da assembleia geral em questão, via carta registrada, e-mail ou carta entregue em mãos. Para todos os fins, assembleias gerais realizadas de forma totalmente remota serão consideradas como se realizadas na sede da Companhia. Os livros societários aplicáveis e a ata da respectiva assembleia geral digital ou semipresencial poderão ser assinados isoladamente pelo presidente e secretário da mesa, que certificarão em tais documentos os acionistas presentes. **12.4.** As assembleias gerais serão presididas por qualquer dos presentes, indicado por acionista(s) que representem(m) a maioria do capital social da Companhia. No momento da instalação, o presidente escolherá outro dentre os presentes para secretar os trabalhos da assembleia geral. **13.** Salvo pelo disposto no Artigo 16 e demais matérias mencionadas expressamente em Lei, todas as deliberações em assembleia geral serão tomadas pela maioria das ações presentes (i.e., por 50% (cinquenta por cento) dos votos atribuídos às ações com direito a voto detidas pelos acionistas presentes mais 1 (um) voto). **13.1.** Somente poderão exercer o direito de voto em assembleia geral os acionistas titulares de ações que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da assembleia geral em questão, podendo se fazer representar por procurador devidamente habilitado, admitindo-se que o procurador ou representante do acionista seja portador de instrução de voto por escrito. **14.** Sem prejuízo das demais competências fixadas na legislação aplicável, as matérias a seguir estão sujeitas à prévia e expressa aprovação da acionista em assembleia geral: a) Aprovação de contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) Alterações ao Estatuto Social; c) Destinação do lucro líquido do exercício e sobre a distribuição de dividendos, inclusive intercalares e/ou ao investimento ou ao reinvestimento de tais lucros; d) Aumento do capital social ou a emissão de valores mobiliários ou outros títulos conversíveis em ações da Companhia, em montante superior aos limites do capital autorizado previsto neste Estatuto Social; e) Adquirir, vender, ceder ou transferir (ou realizar qualquer oferta) de quaisquer cotas, ações ou patrimônio de qualquer subsidiária da Companhia para uma pessoa que não seja a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias; f) Alterar materialmente o objeto social ou a linha de negócios da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, entrar em novas linhas de negócios ou sair da linha de negócios atual; g) Transformação, fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações e/ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto nos casos de reorganização exclusivamente entre a Companhia e suas Subsidiárias, sem a participação de Terceiros; h) Resgate ou recompra de ações de emissão da Companhia, ou redução de capital da Companhia e qualquer fundo de reserva, exceto em caso de redução para absorção de prejuízos acumulados; i) Alteração na política de dividendos da Companhia; j) Apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação, dissolução ou cessação do estado de liquidação da Companhia; k) Iniciar ou liquidar qualquer ação judicial, arbitragem ou outro processo legal pela Sociedade ou qualquer de suas subsidiárias envolvendo valores superiores a US\$5.000.000,00 (cinco milhões de dólares); l) Eleição e destituição dos Diretores da Companhia e de suas Subsidiárias; m) A remuneração individual dos Diretores da Companhia e de suas Subsidiárias, considerando-se o montante anual global aprovado pela assembleia geral; n) Adotar o orçamento anual da Companhia e de suas Subsidiárias durante o ano fiscal de 01 de janeiro a 31 de dezembro; o) Fiscalização da gestão dos Diretores da Companhia e de suas Subsidiárias, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis, solicitando informações sobre os contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos praticados; p) Conceder empréstimos a qualquer pessoa física ou jurídica, exceto para empréstimos à Companhia ou outra subsidiária da Sociedade e créditos comerciais de boa-fé incorridos no curso normal dos negócios; q) Aprovação do relatório da administração e as contas da Diretoria da Companhia e de suas Subsidiárias; r) Proposta de destinação do lucro líquido do exercício da Companhia e de suas Subsidiárias; s) Aquisição de ações ou quotas de emissão da Companhia e/ou das suas Subsidiárias, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação da Companhia; t) Pagamento de juros sobre o capital próprio da Companhia e/ou das suas Subsidiárias, quando aplicável; u) Qualquer matéria que seja submetida pelos Diretores da Companhia e/ou das suas Subsidiárias, desde que atinente à orientação dos negócios; v) Aprovação de qualquer novo plano de incentivo aos administradores, empregados e/ou colaboradores da Companhia baseado em ações; w) Realizar qualquer venda, arrendamento ou alienação de ativos pela Companhia ou qualquer subsidiária, seja em uma única transação ou em uma série de transações em um período de doze (12) meses, que não seja uma transação ou série de transações: (i) não superior a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), (ii) contemplado no orçamento anual da Companhia aprovado pela acionista; (iii) no curso normal dos negócios consistente com práticas passadas, ou (iv) de outra forma aprovada pela acionista; x) Autorizar ou incorrer em qualquer endividamento superior a US\$5.000.000 (cinco milhões de dólares), individualmente ou no total em um período de doze (12) meses; y) Realização de operações entre, de um lado, a Companhia e, de outro, partes relacionadas da Companhia ou de qualquer acionista, membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária da Companhia e/ou de partes relacionadas de qualquer acionista; e z) Nomear ou destituir auditores externos independentes para a Sociedade ou suas subsidiárias (incluindo a aprovação de sua remuneração), realização de auditoria anual (incluindo registros e custódia de criptomonedas) e aprovação das demonstrações financeiras. **Capítulo IV - Administração da Companhia. 15.** A Companhia será administrada pela Diretoria, observadas as disposições legais e as deste Estatuto Social. **15.1.** O mandato da Diretoria é unificado, com prazo de 2 (dois) anos, que se estenderá até a data de realização da assembleia geral ordinária que examinar as contas relativas ao exercício social do término do respectivo mandato. Não obstante, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos titulares. Os membros da Diretoria poderão ser reeleitos, inclusive por mais de uma vez. **15.2.** A investidura dos membros da Diretoria em seus respectivos cargos se dará mediante assinatura de termo de posse no livro próprio, conforme o caso, independentemente de caução. **15.3.** A Companhia e suas Subsidiárias deverão ser administradas por profissionais experientes que atendam às exigências de qualificação necessárias à ocupação e desempenho de seus respectivos cargos e que não sejam qualificados como pessoa politicamente exposta nos termos do artigo 1, § 1º da Resolução 29 de 7 de dezembro de 2017 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, conforme alterada de tempos em tempos. Os acionistas deverão instruir e exigir que os administradores da Companhia evitem seus melhores esforços na busca de altos níveis de rentabilidade, eficiência, produtividade, segurança e competitividade na condução das atividades da Companhia. **Capítulo V - Diretoria. 16.** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **17.** A Diretoria será composta por 4 (quatro) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral da Companhia, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Financeiro, 1 Diretor de Operações, Ouvidoria e Negócios, 1 Diretor de PLD/FTP. **17.1.** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do Diretor Presidente, será imediatamente convocada a assembleia geral da Companhia para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do Diretor Presidente. Em caso de impedimento definitivo ou vacância dos demais membros da Diretoria, a assembleia geral da Companhia deverá ser convocada para eleição de substituto em até 30 (trinta) dias contados da data em que constatado o impedimento ou vacância. **17.2.** Além dos casos de morte, impedimento permanente ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do Diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos. **18.** A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer de seus membros, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida ao outro Diretor, com comprovação de recebimento. As reuniões serão instaladas com a presença de ambos os Diretores em exercício. **19.** Além dos que forem necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, a Diretoria fica investida de poderes para representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar

e onerar bens móveis e imóveis, observadas as competências da assembleia geral previstas neste Estatuto Social. **20.** Compete especialmente à Diretoria: a) a orientação geral dos negócios da Companhia e de suas Subsidiárias, incluindo a aprovação e alteração do orçamento anual e a determinação das metas e estratégias de negócios, incluindo as regras gerais para operações de tesouraria, para o período subsequente; b) cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da assembleia geral, e a prática, dentro das suas atribuições, de todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia; c) submeter, anualmente, à apreciação da assembleia geral, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, depois de submetidas ao parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento; d) elaborar e propor, à assembleia geral, os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento; e) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias sempre dentro dos limites autorizados pela assembleia geral; f) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, escritórios ou outras dependências da Companhia; e g) por resolução, aprovar remuneração adicional a qualquer Diretor por quaisquer serviços que não sejam seu trabalho de rotina normal como Diretor; h) propor dividendos e distribuições sobre ações em emissão e autorizar o pagamento dos dividendos ou distribuições com os fundos da Companhia legalmente disponíveis para eles, desde que aprovados expressamente pela acionista; i) representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as condições previstas no Artigo 22, infra. **20.1.** Nenhum dividendo ou distribuição será pago, exceto com os lucros realizados ou não realizados da Companhia, ou com a conta de giro ou conforme permitido pelo Estatuto Social. **21.** Observado o disposto no Parágrafo 1º, infra, a Companhia considerará obrigada sempre que representada pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer Diretor, ou por um procurador da Companhia em conjunto com qualquer Diretor, designado e constituído necessariamente pelo Diretor Presidente em conjunto com qualquer Diretor, de acordo com os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato. **21.1.** Os mandatos outorgados pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano, observado que nenhum instrumento de procuração, exceto aqueles para fins judiciais, poderá conferir poderes ao respectivo procurador para subestabelecer os poderes a ele outorgados pela Companhia. **21.2.** Quando o mandato tiver por objeto a prática de ato que depender de prévia autorização da assembleia geral, ficará condicionado a essa autorização, que deverá ser mencionada na procuração. **21.3.** A Companhia também poderá ser representada isoladamente por um Procurador, desde que o instrumento de mandato conterá especificamente os poderes outorgados, conforme exigido pelo Parágrafo 1º do Artigo 22 do Estatuto Social, exclusivamente nos seguintes casos: a) na celebração de contratos de confidencialidade ("Non Disclosure Agreement" - NDA) e/ou de documentos com ofertas não vinculantes ("Non Binding Offer" - NBO) que envolvam obrigações de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), acima deste valor, deverá ser respeitada a determinação do caput do Artigo 22 do Estatuto Social; e b) em atos de administração ordinária perante quaisquer instituições financeiras, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, incluindo, sem a tanto limitar, perante Juntas Comerciais, Justiça do Trabalho, Ministério de Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o Fundo de Garantia por tempo de Serviço - FGTS, bem como qualquer outro órgão ou ente aplicável; e c) na abertura, encerramento e movimentação de contas bancárias perante qualquer estabelecimento bancário ou de crédito, e instituições financeiras oficiais ou particulares, de qualquer natureza, com exceção de atos relativos à criação de ônus sobre seus ativos e/ou tomada de empréstimos, que devem seguir a regra de governança estabelecida neste Estatuto Social; e d) em atos societários das suas controladas, com a condição de que a procuração preveja os tipos de atos em que o procurador poderá representá-la e identifique expressamente a controlada a que se aplicará. **22.** Em operações estranhas ao objeto social, é vedado aos Diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza, salvo se houver prévia e expressa autorização da assembleia geral a esse respeito. **22.1.** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia, respondendo o Diretor ou o procurador infrator pessoalmente pelos efeitos de tais atos e pelas obrigações deles decorrentes. **Capítulo VI - Conselho Fiscal. 23.** O Conselho Fiscal, de caráter não permanente, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei. **23.1.** Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira assembleia geral ordinária que vier a se realizar após sua instalação. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, Parágrafo 3º, da Lei de Sociedades por Ações. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados. 24.** O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **25.** Do resultado do exercício, serão deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido. Do lucro líquido apurado após as deduções previstas neste artigo, serão destinados sucessivamente e nesta ordem: a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; b) 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas a título de dividendo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e c) o saldo do lucro líquido terá a destinação que a assembleia geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **25.1.** No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do art. 197 da Lei de Sociedades por Ações. **26.** A Companhia poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **27.** A Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do artigo 26, alínea "b", supra. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia. 28.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Disposições Finais. 29.** A Companhia, seus acionistas e Diretores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante e administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("Câmara"), toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações e neste Estatuto Social da Companhia ("Conflito"). **29.1.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem. **29.2.** A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por três árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("Tribunal Arbitral"). **29.3.** O tribunal arbitral será constituído por três árbitros, cabendo à(s) Parte(s) Requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e à(s) Parte(s) Requerida(s), de outro lado, indicar um árbitro, e ambos, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro, que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso qualquer das partes, seja a(s) Requerente(s) ou a(s) Requeridas, deixe de indicar árbitro, todos os três árbitros serão indicados pelo presidente da Câmara. Caso os 2 árbitros indicados pelas Partes deixem de nomear o terceiro árbitro, no prazo de 30 dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da Câmara indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento. **29.4.** Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidas pela Câmara. **29.5.** Os procedimentos previstos na Cláusula 29.4 também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **29.6.** A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, local onde será proferida a sentença arbitral, podendo o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **29.7.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **29.8.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil, sendo vedado aos árbitros decidir por equidade. **29.9.** A arbitragem será sigilosa. **29.10.** O Tribunal Arbitral alocará entre as partes, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara; (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros; (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral; (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo Tribunal Arbitral. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das Partes Envolvidas a pagar ou reembolsar (i) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consultações e viagens. **29.11.** As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no art. 30 da Lei nº 9.307/96. **29.12.** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral. **29.13.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral, (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, (iii) eventual ação anulatória fundada no art. 32 da Lei nº 9.307/96; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. **30.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei de Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder." Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 42.425/24-4, NIRE 35.300.631.161 em 29/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/06/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Perflor S.A. Construções, Indústria e Comércio

CNPJ nº 05.476.154/0001-78 - NIRE 35.300.194.225

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de novembro de 2023

Data, Hora e Local: Às 10 (dez) horas do dia 20 de novembro de 2023, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Peixoto de Castro, Quadra I6, GB, Pólo Urbo Industrial, na Cidade de Lorena, Estado de São Paulo, CEP: 12.606-580. **Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, em decorrência de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme disposto no Artigo 124, §4º da Lei 6.404/1976. **Mesa:** Eduardo Fares Zanotti – Presidente da Mesa; Guilherme Luiz do Val - Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações:** Por unanimidade dos votos dos presentes, observados os impedimentos legais, foram discutidas e aprovadas sem quaisquer restrições, as seguintes matérias: **1. Competência do Conselho de Administração.** Em razão da alteração do perfil das atividades da Companhia ao longo dos anos, as Partes decidem alterar a competência do Conselho de Administração prevista na alínea "c", Parágrafo Único do art. 10, do Estatuto Social, para que passe a vigorar com a seguinte redação: *Parágrafo Único – As deliberações sobre as matérias abaixo elencadas de competência do Conselho de Administração da Companhia, dependerão da aprovação da totalidade dos Conselheiros efetivos ou dos suplentes que estiverem substituindo os membros efetivos: a. (...); b. (...); c. a aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia, a contratação de empréstimos e financiamentos, a celebração, rescisão ou aditamento de contrato, acordo, transação e/ou qualquer instrumento pela Companhia, com exceção das operações comerciais de rotina, que, individualmente ou em uma série de operações relacionadas no mesmo exercício social, exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do faturamento bruto anual, observado o faturamento obtido no ano anterior ao da operação; d. (...); e. (...).* **2. Consolidação do Estatuto.** Foi aprovada, ainda, a consolidação do Estatuto Social da Companhia já contendo a alteração ora aprovada, o qual, depois de rubricado e assinado pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa, foi arquivado na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Lorena/SP, 20 de novembro de 2023. Eduardo Fares Zanotti, Presidente da Mesa; Guilherme Luiz do Val, Secretário. Arcelormittal Spain Holding, p.p. Marina Guimarães Soares. Tekno S.A. Indústria e Comércio, Guilherme Luiz do Val e Jose Luiz Madeira do Val. JUCESP nº 213.580/24-0 em 29/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo.** Art. 1º – **Perflor S.A. Construções, Indústria e Comércio** ("Companhia") é uma sociedade anônima regida por este Estatuto e pelas leis aplicáveis. Art. 2º – A Companhia tem sede, foro e domicílio na Avenida Peixoto de Castro, Quadra I6, GB, Pólo Urbo Industrial, na cidade de Lorena, Estado de São Paulo. Parágrafo único – Por deliberação do Conselho de Administração, a Sociedade poderá abrir, manter, transferir e extinguir filiais, escritórios e agências em qualquer parte do território nacional e no exterior. Art. 3º – Companhia tem por objeto: i. projetar, fabricar, adquirir e instalar coberturas metálicas, fechamento lateral e de outros materiais, bem como seus acessórios em escala industrial, para comercialização no mercado interno e externo, podendo em consequência exportar e/ou importar os referidos produtos; ii. importar equipamentos, matérias primas e outros materiais necessários à consecução de seus objetivos sociais; iii. construir estruturas e coberturas industriais, comerciais e/ou residenciais em geral; e iv. participar como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. Art. 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II Capital Social e Ações.** Art. 5º – O capital social subscrito é de R\$ 57.705.378,00 (cinquenta e sete milhões, setecentos e cinco mil, trezentos e setenta e oito reais), dividido em 57.705.378 (cinquenta e sete milhões, setecentos e cinco mil, trezentos e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único – Cada ação emitida pela Companhia confere o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Capítulo III. Da Administração.** Art. 6º – São órgãos de administração da Companhia: i. O Conselho de Administração, e ii. A Diretoria. Art. 7º – A remuneração dos membros dos órgãos de administração será fixada pela Assembleia Geral da Companhia. Parágrafo Único – A Assembleia Geral poderá fixar o montante global da remuneração dos administradores, cabendo, neste caso, ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre os seus próprios membros e os da Diretoria. **Capítulo IV. Conselho de Administração. Seção I – Da Composição.** Artigo 8º – O Conselho de Administração será composto por 3 (três) conselheiros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, que também poderá eleger o mesmo número de suplentes. § 1º – O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 3 (três) anos, permitida a recondução. Não havendo recondução, o membro do Conselho de Administração permanecerá no pleno exercício de suas funções até a investidura da pessoa eleita para substituí-lo. § 2º – O eleito para o Conselho de Administração é investido no exercício das suas funções mediante assinatura do termo de posse, lavrado no livro de atas do órgão, no prazo da lei, e a apresentação de declaração prevista no artigo 147 da Lei 6.404/76. § 3º – Em caso de impedimento ou ausência, o Conselheiro efetivo será substituído pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância de Conselheiro efetivo, por morte ou renúncia, o respectivo suplente o substituirá até o término do mandato. Em caso de destituição, com ou sem justa causa, pela Assembleia Geral, esta elegerá o substituto. Nos demais casos de vacância, observar-se-á o disposto no art. 150, e seus parágrafos, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. § 4º – O Conselho de Administração terá um Presidente escolhido pelos Conselheiros eleitos em Assembleia Geral. Em caso de impedimento ou ausência do Presidente do Conselho de Administração, as suas funções serão exercidas por outro Conselheiro por ele indicado. § 5º – O Conselho de Administração, com o objetivo de melhor subsidiar suas discussões e deliberações, poderá criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, das quais deverão participar todos os Conselheiros efetivos e profissionais não integrantes do órgão mas ligados, como empregado ou prestador de serviços autônomo, à Companhia. § 6º – O Conselheiro poderá fazer-se representar nas reuniões do Conselho de Administração por procuração outorgada a outro Conselheiro, que terá direito de deliberar e votar em seu nome e em nome do outorgante (neste último caso, nos termos da procuração outorgada) na respectiva reunião. Caso qualquer Conselheiro deseje exercer seu direito de voto, mesmo não comparecendo a uma reunião, e outorgue uma procuração específica com as instruções de voto a outro Conselheiro, este último deverá deliberar e votar, na respectiva reunião em nome do outorgante, exatamente da forma como prevista na procuração. **Seção II – Do Funcionamento.** Art. 9º – O Conselho de Administração reunir-se-á, na sede da Companhia, pelo menos 04 (quatro) vezes ao ano ou sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou por 02 (dois) Conselheiros ou, ainda, pela Diretoria, respeitando um prazo mínimo de 04 (quatro) semanas entre cada reunião. § 1º – A convocação, com a designação de dia e hora e a especificação detalhada das matérias que serão objeto de discussão e deliberação ou apenas de discussão, será encaminhada por escrito aos Conselheiros com pelo menos 07 (sete) dias de antecedência. § 2º – O quórum de instalação do Conselho de Administração, em primeira convocação, é o da totalidade dos membros efetivos ou seus suplentes, caso estejam substituindo o respectivo membro efetivo. Caso não haja quórum, poderá, então, ser convocada nova reunião do Conselho de Administração nos 15 (quinze) dias subsequentes, mediante uma segunda convocação por escrito, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, mantendo-se obrigatoriamente a pauta dos assuntos a serem tratados, instalando-se a reunião, nessa segunda convocação, pelo quórum da maioria absoluta dos membros efetivos do Conselho de Administração ou dos suplentes que os estiverem substituindo. § 3º – O quórum de deliberação do Conselho de Administração é o da maioria dos presentes. § 4º – Estando presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração, é dispensável a convocação com as formalidades e antecedência exigidas neste estatuto e, se todos concordarem, poderá ser objeto de discussão e deliberação qualquer assunto de competência do órgão. § 5º – As reuniões do Conselho de Administração poderão ocorrer por conferência telefônica ou teleconferência, casos em que a ata da reunião será assinada posteriormente pelos presentes. **Seção III – Das Atribuições.** Art. 10 – Compete ao Conselho de Administração: i. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; iii. Eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar suas atribuições, obedecido o disposto no Regimento Interno da Companhia, neste Estatuto e no Acordo de Acionistas arquivado na Companhia; iv. Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; v. Convocar a Assembleia Geral Ordinária, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, sempre que reputar necessário, a Assembleia Geral Extraordinária; vi. Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; vii. Aprovar: a. atos ou contratos que impliquem obrigação para a Companhia em valor em moeda corrente nacional, igual ou superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América); b. atos ou contratos que impliquem alienação ou oneração de bens imóveis ou de bens do ativo permanente de valor em moeda corrente nacional, igual ou superior a US\$50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), incluindo ações, quotas ou participações em outras sociedades; c. o Plano Estratégico da Companhia; d. o "Plano de Negócios", consistente no planejamento estratégico das atividades da Companhia e de suas controladas e suas alterações; e. relatórios de acompanhamento dos Planos de Negócios da Companhia e de suas controladas; f. a participação da Companhia em licitações públicas; g. a abertura ou encerramento de filiais, escritórios ou agências da Companhia, no Brasil ou exterior; h. a participação da Companhia, como sócia, acionista ou quotista, em outras Companhias, bem como a celebração de consórcio ou o ingresso em grupo de Sociedades; i. a instituição financeira depositária das ações e demais valores mobiliários escriturais de emissão da Companhia; j. a participação dos empregados nos resultados caso exceda em 5% (cinco por cento) o valor da folha de pagamento da Companhia; k. o Regimento Interno e o Código de Ética da Companhia; viii. Nomear e destituir auditores independentes e homologar o plano de auditoria interna, se houver; ix. Orientar a manifestação do voto da Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas ou de sociedade em que detenha participação com direito a voto. Parágrafo Único – As deliberações sobre as matérias abaixo elencadas de competência do Conselho de Administração da Companhia, dependerão da aprovação da totalidade dos Conselheiros efetivos ou dos suplentes que estiverem substituindo os membros efetivos: a. aprovação e alteração do Orçamento; b. gestão para obtenção de recursos financeiros, com a aprovação de contratos de financiamento, bem como qualquer alteração desses contratos, desde que resultem, em conjunto ou individualmente, em um estado de endividamento da Companhia equivalente ou superior a 60% (sessenta por cento) do capital social da Companhia; c. aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia, a contratação de empréstimos e financiamentos, a celebração, rescisão ou aditamento de contrato, acordo, transação e/ou qualquer instrumento pela Companhia, com exceção das operações comerciais de rotina, que, individualmente ou em uma série de operações relacionadas no mesmo exercício social, exceda o valor equivalente a 1% (um por cento) do faturamento bruto anual, observado o faturamento obtido no ano anterior ao da operação; d. as vendas em um país em que uma das sócias ou suas afiliadas já estejam presentes com produtos similares; e. e. firmar contratos entre a Companhia e seus acionistas ou com qualquer afiliada de seus acionistas. **Capítulo V. Diretoria.** Art. 11 – A Diretoria da Companhia é composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 6 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um deles o Diretor Presidente, outro o Diretor Financeiro e os demais, caso existam, não terão designação específica. § 1º – Os Diretores são eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. O mandato é de 03 (três) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão do diretor se estenderá até a investidura do novo eleito no mesmo cargo. § 2º – A investidura dos Diretores sem seus cargos será feita mediante a assinatura do termo de posse, lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, no prazo da lei, e de apresentação de declaração prevista no artigo 147 da Lei 6.404/76. § 3º – Nas ausências e impedimentos do Diretor Presidente, suas funções serão exercidas pelo Diretor por este designado. Nas ausências e impedimentos dos demais Diretores, cabe ao Diretor Presidente designar os substitutos. Vagando cargo de Diretor, o Conselho de Administração será convocado para eleger o substituto. Art. 12 – Ao Diretor Presidente compete representar a Companhia, nos termos deste Estatuto, bem como coordenar e superintender os negócios sociais, zelando pelo regular funcionamento da empresa. Art. 13 – Cada Diretor tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios, nos limites das atribuições que lhes competem em razão deste Estatuto, do regimento interno ou de deliberação do Conselho de Administração, observando o objeto social e as prescrições legais e regulamentares. **Capítulo VI. Representação.** Art. 14 – A representação da Companhia, ativa ou passiva, nos atos e negócios em geral, será feita: i. pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor; ou ii. por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador nomeado pelo Diretor Presidente, com poderes especiais; ou iii. por 02 (dois) procuradores em conjunto, nomeados por 02 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente pelo Diretor Presidente, com poderes especiais. Art. 15 – A Companhia poderá ser representada isoladamente por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais nos seguintes atos ou negócios: i. Representação perante a administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, no tratamento de assuntos rotineiros; ii. Cobrança de créditos da Companhia; iii. Endosso de títulos e instrumentos ou depósito para crédito em favor da Companhia; iv. Representação da Companhia em Assembleia Geral ou reunião de sócios de controladas e outras Companhias; v. Representação da Companhia em juízo ou em processo administrativo. Parágrafo Único – Ao procurador que representar a Companhia nos atos ou negócios referidos nos incisos II e III deste artigo será outorgada procuração por instrumento público ou privado, assinado por 02 (dois) diretores e seus poderes vigorarão apenas até o último dia do mês seguinte ao término do exercício social em que o instrumento tiver sido assinado, salvo na hipótese de mandato outorgado para fins judiciais, que poderá ser outorgado por prazo indeterminado. **Capítulo VII. Conselho Fiscal.** Art. 16 – O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei. Art. 17 – A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal deverá fixar sua remuneração. **Capítulo VIII Assembleia Geral** Art. 18 – A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro quadrimestre após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação na forma da lei. § 1º – Os acionistas poder-se-ão fazer representar na Assembleia Geral por procurador, na forma da lei, devendo os respectivos instrumentos de mandato, serem depositados na sede social, com a antecedência de 03 (três) dias. § 2º – As deliberações sobre as matérias abaixo elencadas, de competência da Assembleia Geral da Companhia, dependerão da prévia aprovação de acionistas da Companhia titulares de, pelo menos, 66% (sessenta e seis por cento) do capital votante desta: a. Reforma do Estatuto Social da Companhia, incluindo, alteração do objeto social, desdobramento de ações, grupamento ou reagrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como qualquer redução de capital; b. Incorporação, fusão, cisão, transformação, dissolução ou liquidação da Companhia; c. Requerimento de concordata ou autofalência da Companhia; d. Aumento de capital ou emissão de qualquer valor mobiliário conversível em ações, emissão de opções ou bônus de subscrição, incluindo a aprovação do preço de emissão, os termos de pagamento e forma de colocação, pública ou privada; e. Compra, venda, arrendamento, transferência, oneração ou outra forma de alienação dos bens imóveis; definir valores; e f. Destinação dos lucros e a distribuição de dividendos. Art. 19 – A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo membro do Conselho de Administração por ele indicado. Não tendo havido indicação, será presidida pelo acionista presente escolhido pelos demais. O Presidente da Assembleia escolherá o Secretário. **Capítulo IX. Exercício Social, Lucros, Reservas e Dividendos.** Art. 20 – O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. No término do exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei. Art. 21 – Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. Art. 22 – É assegurado aos acionistas dividendo obrigatório de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Art. 23 – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior. Art. 24 – Reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que os declarou. **Capítulo X. Disposições Gerais.** Art. 25 – A Companhia será liquidada nos casos e pela forma prevista em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e aprovar sua remuneração. Art. 26 – São expressamente vedados os atos de qualquer dirigente, procurador ou funcionário que envolvam obrigações ou negócios estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros. Lorena/SP, 20 de novembro de 2023. Estatuto Social da **Perflor S.A. Construções, Indústria e Comércio**, alterado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 20 de novembro de 2023. Eduardo Fares Zanotti, Presidente da Mesa; Guilherme Luiz do Val, Secretário.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/06/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



